

MIRALHA



REVISTA
DO
LICEU
DE
BARCELLOS

MURALHA

REVISTA DO LICEU DE BARCELOS

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

DEZEMBRO DE 1971

N.º 2

Director: Vitor Manuel Silva (7.º ano)

Chefe de Redacção: Rodrigo Campos (7.º ano)

Redactores: J. António Pereira e Maria Ditora (7.º ano)
Rosa Maria Lima, Edgar e Lemos (6.º ano)
Manuela Arantes e Humberta (4.º ano)
Teresa Rodrigues (5.º ano)

Administração: Maria da Piedade, José Duarte, Carlos
Carvalho (7.º ano)
Tone Cunha e R. Maria Ribeiro (6.º ano)
Isabel Torres e Conceição Neiva (4.º ano)

Editor: Lino de Miranda (Professor)

Preço por número e exemplar — 12\$50

MUNICIPIO DE BARCELLOS
BIBLIOTECA

**REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
LICEU DE BARCELOS**



**COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
Companhia Editora do Minho — BARCELOS**

SUMÁRIO

Colaboram neste número os professores do Liceu

DRS: — ÂNGELO AIRES — Paleontologia, ciência alicinante e de alto valor formativo	5
— MARIA JOSÉ RIBEIRO DUARTE — O Tema da adolescência na moderna literatura portuguesa	11
— ARMANDO SARAIVA — A História: Sua necessidade, objecto e objectivos	13
— LUÍS MANUEL CUNHA — Algumas considerações sobre a figura de D. João e o donjuanismo.	17
— A. A. GOMES DE AMORIM — Alguns aspectos da Administração de Vila do Conde no séc. XVII	21
— P.º ABÍLIO MARIZ — Reflexões sobre o Natal	29
— L. M. — Recensão e Crítica de Livros.	49

E os alunos

— VÍTOR MANUEL SILVA — Editorial	3
— RODRIGO CAMPOS — Poluição	33
— MANUELA ARANTES — Isadora Ducan	35
— EDGAR DA G. COELHO — Aqui fala-se de... Jazz! Aspecto rítmico	36
— EVA MARIA MACHADO MIRANDA — Alarme.	37
— JOSÉ LEMOS — Juventude de hoje	38
— MARIA DA PIEDADE — Conceito de Poesia através da cantiga de amor	39
— VÍTOR M. SILVA — Página desportiva, reportagens e comentários.	40
— J. A. PEREIRA — Noticiário: Reportagens e entrevistas	43
— TERESA RODRIGUES — Futuro e Vocações.	44
— CUNHA — A Máscara.	44
— FILIPE BANDEIRA — A Tesoura: Piadas Académicas.	45

● Capa de TERESA PEDRAS

COM o mesmo objectivo que nos levou a publicar o primeiro número, tentaremos agora, novamente, fazer uma revista que tenha certo nível e se, possível, mais centros de interesse a favor de uma revista sempre cada vez melhor e maior.

Numa época de contestação e de exaltação, nunca os empreendimentos de qualquer espécie são tão veementemente contestados e postos em discussão, muitas vezes por indivíduos que não sabem o que querem nem para onde vão.

Podem-nos criticar, e, tudo por mais bem feito que esteja é alvo de crítica, pelo facto de a nossa revista ser essencialmente cultural e portanto para um público mais evoluído. Mas,

quero lembrar a propósito disto que a revista «Muralha» é órgão de um estabelecimento de ensino e, portanto, tem que conter forçosamente, e só assim se compreende a sua publicação, temas de estudo feitos pelos alunos sobre qualquer matéria, pontos de vista dos professores sobre matérias em curso e ainda temas pedagógicos, além claro está de vários noticiário e repor-

tagens. Outras coisas quaisquer não nos serviriam, mas sim a um simples jornaleco de parede.

Apraz-me ainda, aqui registar que vivemos uma hora a todos os títulos grandiosa e cheia de significado. É pela primeira vez na história do Liceu e da própria cidade de Barcelos que funciona o 7.º ano. Muito recentemente a Secção Mista do Liceu Sá de Miranda então cá existente, foi, e ainda bem, para orgulho de tudo e de todos, transformada em Liceu Nacional.

Com essa autonomia é necessário agora criar tradições académicas e raízes enquadradas no modo de vida da população barcelense. A propósito disto, ainda há bem pouco tempo o Sr. Dr. Vasco de Faria, ilustre Presidente da Câmara de Barcelos, e pessoa sempre atenta e compreensível a todos os problemas estudantis, nomeadamente os problemas do Liceu, me dizia, e a pedido de um encarregado de educação, que pelo menos os alunos do 7.º ano deviam andar de capa e batina.

É preciso, repito, que o Liceu deixe de ser só liceu em escrito, mas o passe a ser em actos e empreendimentos para que não aconteça ouvir-se mais: Mas Barcelos tem Liceu!?

Vitor Manuel Silva

EDITORIAL

ARMANDO FARIA FERNANDES

Representante em Barcelos
das consagradas marcas

Philips
A E G Telefunken
Zamoris
Naonis
Esquentadores Mec
Máquinas de tricotar
Bush
Sonapgás

TELEFONE
8 2 6 0 2

Av. Combatentes
da Grande Guerra

BARCELOS

Armazenistas de
Lâmpadas PHILIPS

Secção de Acessórios
Técnicos

Oficina montada com a mais
moderna aparelhagem técnica
para reparações

Exija artigos de boa qualidade

MÓVEIS

Magalhães & Senra

Móveis de estilo, Colchões, Alcatifas, etc.

Secção de vendas e aquisição:

Campo 5 de Outubro — Telef. 82889

BARCELOS

Oficinas:

MERECES — BARCELINHOS

BARCELOS

Paleontologia, ciência aliciante e de alto valor formativo

1. — *Conceito de Paleontologia*

Etimologicamente, Paleontologia, do grego «*palaios*» (antigo), «*onta*» (ser), «*logos*» (tratado), significa «*o estudo dos seres antigos*». Mas, a verdadeira finalidade desta Ciência, é o conhecimento de animais e plantas que viveram em épocas geológicas anteriores à actual e, cujos restos, simples impressões ou vestígios de qualquer índole se encontram, hoje, nas diferentes camadas sedimentares da crosta terrestre.

É a esses restos, simples impressões ou vestígios que se dá o nome de *fósseis*. A Paleontologia, como ciência, não faz mais do que estudá-los, que conhecê-los sob os mais variados aspectos, que estabelecer as suas relações com os respectivos meios ambientes, que ordená-los no tempo—ora, interpretar cada fóssil, é como que estar-se a ler, no presente, uma página de um «*livro de pedra*» que nos explica um passado longínquo e nos comprova todo um processo de evolução irreversível, que, no decorrer da História da Terra, se tem vindo a processar, e, de que nós, hoje, somos ainda espectadores, a maioria das vezes, bem pouco atentos.

Na verdade, esta ciência, põe-nos perante «*problemas*» que, desde sempre, se apresentaram à mente humana, como interrogações... «*teria havido sempre vida à superfície da Terra?*» «*quais os primeiros seres vivos que povoaram a Terra?*», «*os seres vivos actuais, serão ou não o resultado de uma evolução, tendente para a perfeição, de formas primitivas?*», «*qual o momento em que surge o Homem sobre a Terra?*», e toda uma série de perguntas, cujas respostas ter-se-ão de ir procurar à Paleontologia,

pois só ela, nos permite *recuar* no tempo e procurar, nos remotos princípios dos tempos geológicos, a origem dos seres vivos actuais.

1.1. — *Breve resenha histórica*

Mas nem sempre os fósseis foram encarados deste modo, como que «*objectos a interpretar*». Quando surge sobre a Terra o Homem, há muito que existiam fósseis, e, a sua primeira atitude, perante eles, deverá ter sido de estranheza e curiosidade, a que se deve ter seguido, um atribuir de poderes divinos, pois, o homem primitivo, divinizava tudo o que não podia explicar.

A comprovar esta hipótese está o facto de, muitas vezes, em túmulos pré-históricos, se encontrarem fósseis junto a outras oferendas.

Senofane, 614 anos antes de Cristo, refere-se a fósseis como sendo «*formas de organismos antigos deixados quando o mar havia invadido a Terra*». «*É, a primeira vez, segundo se crê, que alguém fala de fósseis, em termos claros sobre a sua origem e verdadeiro significado*».

A *escola Pitagórica*, cinco séculos antes de Cristo, expressa, concretamente, a verdadeira natureza dos fósseis marinhos, e, *Hérodoto*, refere-se ao aparecimento, em *Ammon*, de fósseis marinhos (Ammonites), concluindo, com grande visão, da existência naquele local, de mar, em tempos antigos.

Estrabão e *Ovídio*, nas suas obras, referem-se, igualmente, a fósseis em termos claros quanto ao seu verdadeiro significado. Em contrapartida, a *escola Aristotélica*, apresenta ideias absurdamente erradas sobre

a natureza dos fósseis, chegando a admitir que estes podiam, espontâneamente, criar-se da terra.

Entra-se na *Idade Média* e assiste-se ao ressurgir, com toda a virulência, das noções aristotélicas que consideravam os fósseis como «*ludus naturae*» (brincadeiras da Natureza). Os fósseis seriam tentativas, nem sempre bem sucedidas, da matéria mineral ao pretender representar as formas de seres vivos ou, então, seriam porções de rochas que, por mero acaso, teriam uma forma que se parecia com um determinado ser vivo (*spiritus lapidiphicatus*).

Aparecem, no entanto, alguns espíritos que se recusam a aceitar como axiomáticas, as teorias aristotélicas. Assim, *Albert de Bollstadt*, dominicano e bispo de Ratisbonne (1193-1290) refere-se aos fósseis, em termos, que revelam bem a sua noção da verdadeira natureza deles... «a causa disso é que animais inteiros podem ser petrificados. Os elementos do corpo dos animais são modificados, a terra mistura-se com a água e tudo se transforma em pedra, que conserva a mesma forma que tinha o animal».

Aquelas ideias, no entanto, mantem-se durante longos anos... e às trevas duma Idade Média, fechada a tudo o que ferisse os conceitos aristotélicos, sucede-se uma Renascença luminosa, em que espíritos clarividentes como *Leonardo de Vinci* e *Bernard Palissy*, não hesitam em ver, em certas petrificações, animais marinhos que haviam vivido, há muito tempo, naqueles locais, agora emersos.

Mas são como que excepções, pois, durante o século xv até ao século xvii, assiste-se a concepções absurdas àcerca da explicação de certos fósseis. *Voltaire*, por exemplo, pretende ver, em certos fósseis encontrados nos Alpes, não mais que peixes, que por não estarem em condições, teriam sido atirados fora, pelos romanos, aquando da invasão da Gália.

Já no século xvii, *Stenon* e *Leibnitz*, estabelecem as bases do que viria a ser a Paleostatigrafia, ao admitirem que os fósseis eram restos de seres vivos que haviam vivido nos próprios locais onde se encontravam, antes de se terem formado as rochas onde apareciam.

Em 1777, o abade *Giraud Soulavie*

mostra, baseando-se na observação directa, que os fósseis diferem segundo a sua idade e a sobreposição das camadas que os contém. Um ano mais tarde, no seu livro «*Épôques de la nature*», *Buffon*, fala em termos precisos de fósseis e, pela primeira vez, refere-se a *espécies extintas*.

Tem de se aguardar pelos princípios do século xix para que, com *Cuvier*, a Paleontologia entre numa fase verdadeiramente científica. Na sua obra «*Recherches sur les ossements fossiles*», diz em determinada altura: — «propuz-me reconhecer a que animais pertencem os restos ósseos, de que as camadas superficiais da crusta estão cheios. Antiquário de nova espécie, é-me necessário, por vezes, aprender a restaurar estes monumentos de revoluções passadas e a decifrar-lhes o sentido».

Para poder compreender as formas primitivas, *Cuvier*, empreendeu, em primeiro lugar, ao estudo comparativo de animais vivos. Este estudo conduziu-o ao estabelecimento de dois princípios importantes, que lhe permitiram tirar conclusões extremamente notáveis para a época: «o princípio da subordinação dos caracteres», em que baseia toda a sua classificação, e que lhe permitiu estabelecer uma espécie de hierarquia dos caracteres que o levou a agrupar racionalmente as espécies, e o «princípio da correlação das formas», que o autorizou a reconhecer que, as diferentes partes de um animal estão, umas relativamente às outras, numa dependência tal, que se uma delas variar, todas as outras sofrem modificações correspondentes.

— «Todo o ser vivo organizado, diz *Cuvier*, forma um conjunto em que as partes se correspondem mutuamente e concorrem para a mesma acção final, por acção recíproca. Nenhuma dessas partes pode mudar, sem que as outras mudem também, e, por conseguinte, cada uma delas, tomada separadamente, indica e fixa as outras partes».

Baseando-se num demasiado restrito número de casos, tira conclusões, hoje, completamente inaceitáveis, como, por exemplo, a imutabilidade das espécies, os grandes cataclismos geológicos a explicar a desaparecimento de determinadas floras e faunas. Mas pode-se considerar como precursor de umas das leis paleobiológicas e evolu-

tivas, aceite, hoje, como factor de evolução, por todos, «a lei das migrações».

Na procura da verdade, prossegue-se e, assim, *Charles Lyell*, nos seus «*Principles of Geology*», demonstra que, para explicar as grandes transformações geológicas do globo, não é necessário recorrer à teoria dos cataclismos, imaginada por *Cuvier*, pois a acção lenta mas contínua das forças naturais, actuando durante períodos de tempo consideráveis, as explicam inteiramente.

Ao mesmo tempo, descobertas paleontológicas notáveis, vieram demonstrar que, longe de serem independentes umas das outras, as faunas e as floras, de períodos consecutivos, como que se interligavam por formas intermediárias.

Lamarck, verdadeiro fundador do *transformismo* e criador da *Biologia*, como ciência, dedicou-se, também, ao estudo de formas fósseis, em especial, de invertebrados, que classificou ordenada e meticolosamente, enquadrando-os no respectivo *tempo geológico*.

A partir dos trabalhos de *Cuvier* e de *Lamarck*, multiplicam-se, por toda a parte, as procuras paleontológicas.

Em França, *d'Orbigny* (invertebrados) e *Albert Gandry* (vertebrados), aplicam aos fósseis encontrados, métodos rigorosos de análise.

Na América, *Marsh*, *Cope*, *Osborn*, dispondo de facilidades de toda a ordem, percorrem os imensos territórios do Oeste e as Montanhas Rochosas, onde encontram valiosíssimos fósseis que permitiram a reconstituição de inúmeras formas extintas como, *Brontossáurios*, *Stegossáurios*, *Ceratosáurios* e todos os ancestrais do cavalo actual, que vieram comprovar a evolução progressiva desde as formas primitivas até às actuais.

As explorações paleontológicas, estendem-se a África e à Ásia, onde, aliás, muito de desconhecido, aguarda que alguém o vá tirar de um anonimato de milhões de anos.

A paleoestatigrafia, esboçada como ciência, a partir dos trabalhos de *Stenon*, *Leibnitz*, *Soulavie* e *Buffon*, como atrás referimos, impõe-se nos meios científicos, em 1811, devido a *William Smiths*, ao verificar que, cada grupo de estratos, era caracterizado por uma série de fósseis distinta que não

reaparecia, como série, em qualquer outra formação superior ou inferior.

Na verdade, os fósseis desempenham na identificação dos estratos, o mesmo papel que as moedas, os utensílios, as cerâmicas, constituem nos achados arqueológicos.

A este propósito, diz, *Louis Agassiz*, famoso geólogo suíço-americano, «— A Terra é um vasto cemitério e as rochas são pedras tumulares nas quais os mortos, ali enterrados, escreveram os seus próprios epitáfios».

Na segunda metade do séc. XIX, a sistemática paleontológica, alcança grande projecção com *Zittel*. No entanto, a Paleontologia era ainda encarada como auxiliar da geologia, pois a grande preocupação era estabelecer como que um «catálogo» de fósseis, classificados por terrenos.

Actualmente, ela é considerada como uma ciência com métodos próprios e como que um elo de ligação entre a *Biologia* e a *Geologia*. Só ela, através dos fósseis, pode dar à *Biologia* a visão de conjunto, sobre a evolução dos seres vivos, desde os primórdios do seu aparecimento, até às formas actuais. De igual modo, a base da determinação da idade relativa das formações sedimentares e magmáticas a elas associadas, é ainda o estudo dos «bons fósseis».

Existem, nos dias de hoje, institutos e laboratórios exclusivamente dedicados ao estudo dos fósseis, visando, não só o conhecimento das formas antigas e do respectivo enquadramento no tempo, mas, igualmente, como meio de datar as diferentes camadas da crosta.

A Paleontologia, como ciência, está longe de ter alcançado o máximo das suas possibilidades... a micropaleontologia está a abrir-lhe novas e aliciantes perspectivas!!!

2. — A Paleontologia e os seus objectivos

A Paleontologia, vimos já, tem por objecto o estudo dos fósseis, estudo esse encarado sob os mais variados aspectos: anatómico, fisiológico, sistemático, ecológico, cronológico, etc....

Perante um dado fóssil, o paleontólogo, deve procurar, primeiramente, identificá-lo, pôr-lhe um nome... mas, se atentarmos no facto de que se tornou necessário todo

um condicionalismo, muito especial, para que os corpos de animais ou os órgãos das plantas se pudessem ter conservado nas camadas sedimentares e que, em geral, apenas as partes lenhosas permaneceram conservadas, verifica-se quão difficil se torna essa identificação, até por que, a maioria das vezes, o que se encontra, é apenas uma pequena porção de um todo que é preciso reconstituir para se chegar ao ponto de se poder identificar. É como que refazer um «*puzzle*» a partir do conhecimento de apenas um dos muitos elementos que o formam.

Feita a identificação do fóssil, segue-se o reconhecimento da função, relativamente, à forma, para o que se tem de recorrer à comparação como estrutura dos seres vivos actuais semelhantes, pois o conhecimento total dum ser fóssil só se pode fazer por comparação, e é, em face das semelhanças e das diferenças verificadas, que se pode chegar à reconstituição da referida forma.

Ao estabelecer-se paralelismo entre as formas e as funções dos seres vivos actuais com as dos fósseis, pode-se mesmo chegar a fazer uma ideia do meio em que teriam vivido os seres que originaram esses fósseis (paleoecologia).

A Paleoecologia como que reconstitui as relações havidas entre os seres vivos antigos que originaram os fósseis e os respectivos meios ambientes.

Assim, por exemplo, conchas fósseis de gasterópodes dos géneros *Limnea* e *Planorbis*, indicam-nos águas doces e meio lacunar e conchas de fósseis de lamelibrânquios (*Ostra*), revelam-nos um meio marinho pouco profundo e ossos de vertebrados terrestres, dizem-nos de um meio continental.

A Paleoecologia, permite-nos, ainda, aventar hipóteses bem mais curiosas, como por exemplo, uma trilobite do gen. *Agnotus*, dada a atrofia evidente dos olhos, fazia supor que deveria ter vivido em regiões batiais (— 2 000 m); mas, como se encontraram, igualmente, em depósitos meríticos (— 200 m) conjuntamente com formas de olhos normais, concluiu-se que deveria, afinal, ter vivido enterrada no lodo do fundo dos mares.

A existência de corais, nas formações silúricas de todos os lugares da Terra, indicam-nos não só, uma uniformidade de

clima, mas, também, que se tratava de um clima quente.

A existência de formações carboníferas antracólíticas, em grande parte da Europa, indicam-nos um clima quente e húmido (tropical), bem diferente do actual.

O conhecimento de formas desaparecidas, como por exemplo, as trilobites dos mares primárias, os répteis gigantes dos mares secundários, os mamutes do quaternário, é-nos dado pela Paleontologia.

A propósito de seres desaparecidos, tem que se ter o maior dos cuidados ao afirmar-se que um dado grupo de seres vivos desapareceu, pois, por vezes, surgem provas de que um grupo julgado desaparecido, há milhões de anos, não o estava... foi o que se passou com os *Ryncocéfalos*, descendentes directos dos *Stegocéfalos* (Batráquios fósseis de aspecto salamandroite ou crocodiliano) e que são répteis primitivos considerados como o tronco de todos os Répteis, com caracteres primitivos (corda dorsal persistente, ausência de órgãos copuladores, etc.) e que floresceram no carbonífero de Pérgamo e que se julgavam extintos desde o Triássico, quando, nos nossos dias, na Nova Zelândia, existe um género exótico, *Hattéria punctata*, pertencente à referida ordem. A verdade é que, como só existem numa área tão restrita (só por mero acaso se descobriu), nada repugna admitir que daqui a milhares de anos, voltem a ser considerados como extintos desde o Triássico, uma vez que ter-se-iam de verificar um conjunto de condições excepcionais para que, naquela restritíssima área, houvesse condições de uma boa fossilização, e, ainda maior coincidência em serem encontrados.

Em condições muito raras, por vezes, podemos fazer a reconstituição evolutiva de toda uma série, mais ou menos completa, de um grupo isolado da fauna actual, caso do *cavalo*, cujos ascendentes deixaram numerosos fósseis na Europa e, principalmente na América do Norte, que nos permitem verificar que ele descende de uma forma ancestral (*Eohippus*) pentadáctila. Na série filogenética, formada por aqueles fósseis, pode mesmo seguir-se a regressão gradual dos dedos laterais, até ao seu completo desaparecimento.

Neste caso, a série referida, consta de estádios distintos, correspondentes a um

único género, mas, em alguns casos, raros é certo, é-nos permitido assistir, com flagrante nitidez, à transformação insensível das formas umas nas outras. É o que se passa com as *Paludinas* (moluscos gasterópodes de água doce), encontradas no levantino de Slavónia (perto de Belgrado), que é constituído por camadas de argilas e de areia. Nas assentadas da base, as conchas são inteiramente lisas e constituem, sem dúvida, uma espécie única. À medida que se ascende nas camadas, verifica-se o aparecimento, no bordo superior da concha, de uma crista, depois uma nova crista, no bordo inferior, em seguida tubérculos em cada crista, e, finalmente, costelas irradiantes desses tubérculos. Nas camadas superiores, distinguem-se nove espécies que resultaram, indubitavelmente, da forma lisa da base.

A sucessão das faunas e das flores no tempo, é evidente, e, não se pode conceber, senão como resultante de uma evolução lenta mas constante.

Nada é estável, tudo evolui! Nesta ordem de ideias, a vida desde que surgiu à superfície da Terra, há mais de 4.500 biliões de anos, tem estado *sempre* sujeita a um processo evolutivo que jámais se repete... caminha, outrossim, inexoravelmente em frente... até onde?

A evolução orgânica é um facto histórico que se não pode, é certo, controlar, experimentalmente, até porque não dispomos do factor tempo, na medida em que ele actuou ao longo de milhões de milhões de anos!!!

Ora, a evolução, foi mais ou menos rápida, conforme os grupos, e, assim, houve certas espécies que não existiram senão um tempo relativamente curto, encontrando-se os seus *restos*, apenas em camadas bem delimitadas, que caracterizam. Esses *restos*, constituem assim, *fósseis característicos* das camadas que os contêm, por que as espécies, que eles representam existiram, apenas, durante o período correspondente à deposição de tais camadas.

Tais fósseis permitem-nos, pois, determinar com exatidão, a idade relativa das camadas em que se encontram. No decurso desse período, a espécie considerada, espalhou-se por uma enorme área de dispersão, encontrando-se fossilizada em todos os sedi-

mentos depositados durante esse período, seja qual for a região considerada.

As Ammonites, por exemplo, são excelentes fósseis estatigráficos, porque se encontram em todos os depósitos marinhos secundários e apenas nesses depósitos.

Como se verifica, é à Paleontologia que cabe o estabelecer do sincronismo biológico das espécies e, concomitantemente, a correlação estatigráfica das respectivas formações geológicas.

Nos últimos 40 anos, assiste-se a um incremento enorme dos estudos paleontológicos, mas sob um aspecto inteiramente novo... como meio de prospecção de reservas naturais de matérias primas vitais como o petróleo, gás natural, carvão, ouro, etc.

Durante longo tempo a prospecção do petróleo baseava-se, unicamente, em «indícios de superfície» (ressudações oleosas, despreendimento de gás, presença de areias ou calcários impregnados de *betumes*). Ora, estes indícios não indicam forçosamente, a existência do petróleo, assim como a sua ausência não é prova de que não exista petróleo acumulado sob uma camada impermeável.

Hoje é o método das sondagens (carotage), o único critério definitivo em matéria de prospecção: perfurando o solo com sondas, retiram-se uma série de amostras (carottes) rochosas que vão ser examinadas por geólogos, químicos e paleontólogos. Estes, procuram a existência de microfósseis de foraminíferos, que indicam depósitos ricos em plâncton e, portanto, condições propícias para a formação de petróleo.

Actualmente, os paleontólogos dispõem de um *catálogo* com mais de 12.000 espécies diferentes que lhes serve de guia no estabelecer da identidade desses fósseis e das camadas atingidas pelas sondagens.

Um dos ramos, mais recentes, da Paleontologia, trata do estudo do encéfalo de animais primitivos (paleoneurologia), a partir de moldes naturais ou artificiais da caixa craneana dos fósseis, na tentativa de avaliar do grau de inteligência e de diversas faculdades motoras e sensitivas.

É, sobretudo, sobre os Mamíferos que incidem estes estudos, e, verifica-se que destes, apenas os *Roedores* se mostram refractários a toda a evolução psíquica. Um

roedor actual, tem exactamente o mesmo encéfalo que um seu ancestral de há cerca de 60 milhões de anos.

Nos restantes mamíferos, verifica-se uma evolução nítida. Assim, nos mais antigos, o cérebro é pequeno e ainda pouco diferenciado, dominando a parte olfactiva do encéfalo sobre as restantes. Nos mais recentes, o cérebro complica-se e apresenta-se muito mais diferenciado.

Onde se vê muito bem esta evolução, é

analisando o molde interno do crânio de um macaco primitivo e comparando-o com o de um macaco actual.

A tendência geral dos nossos dias é a especialização, e verifica-se que a Paleontologia, não escapa a tal onda de progresso, e, assim, os paleontólogos especializam-se em *paleofitologia*, outros tornam-se peritos em vertebrados, outros em moluscos, outros ainda em foraminíferos...

(cont.)

Ângelo Aires

O Tema da adolescência na moderna literatura portuguesa

O tratamento deste tema por tantos escritores de formações diversas será, talvez, devido ao facto da adolescência, período de transição entre a infância e a idade adulta, ser o período mais maravilhoso e, ao mesmo tempo, o mais doloroso — é a descoberta do amor, do sexo, do sofrimento, do interesse pelos problemas sociais e políticos. É, pois, natural que os escritores deixem transparecer em algumas das suas obras o período da vida que os marcou e lhes deixou saudades.

Paralelamente ao gosto dos escritores pela descoberta desta idade, há a tendência, na maior parte deles, para a narração autobiográfica e subjectiva, o que não deixa de ser interessante, pois mesmo com a intenção de criarem uma personagem fictícia, acabam por falar de si. Isso acontece, por exemplo, com Manuel Mendes e ele próprio confessa na Dedicatória ao Dr. Francisco P. Valente da sua obra *Alvorada* «Quando a memória o quer, pomo-nos a devanear pelos distantes caminhos da infância, e, por mais amargos que eles hajam sido, há sempre uma aventura, um amor ou uma felicidade, por vezes em fugaz encontro, que nos chama de longe e nos prende no bruxo encantamento. Depois a imaginação engendra o resto».

Entre os escritores mais recentes que reflectem esse tema, encontramos — José Régio in *Uma Gota de Sangue*; Fernando Namora in *As Sete Partidas do Mundo*; Marmelo e Silva in *O Adolescente Agrihoado* e Manuel Mendes in *Alvorada*.

Nas obras dos citados autores, a apresentação do adolescente assenta em várias

constantes — a angústia, a ânsia de liberdade, a timidez, o gosto pela solidão, a propensão para o devaneio e ainda a preocupação pelo futuro.

Em *As Sete Partidas do Mundo* de Fernando Namora, transparece a *angústia* do adolescente neste passo — «...cada desgosto lhe trazia essa sensação do irremediável, de desventura predestinada e definitiva» (p. 43) ou em *Alvorada* de M. Mendes — «O que ainda tinha de suportar e vencer, os anos longos que esperaria até poder considerar-se um homem, sentia-o com desespero e muitas vezes em insofrida revolta, sobretudo quando essa angústia frenética o exasperava até ao mais fundo da alma...» (p. 30).

Uma outra característica do adolescente é a sua *ânsia de liberdade*; a procura da libertação dos laços de sujeição ao mundo dos adultos. Pode ler-se na obra acima citada de Fernando Namora «Um olhar de estremecer quem tinha catorze anos e a obrigação de pedir licença para amar, viver, sofrer, a meio mundo de gente» (p. 49).

A *timidez* do adolescente é também marcada na obra de José Régio *Uma Gota de Sangue* «Então se apoderou dele uma aflicção que simultâneamente lhe parecia insuportável e invencível. Onde estava? que iria suceder? que palavras sairiam da sua boca? Mas não fora ele próprio que desejara...» (p. 42).

Nesta obra há também o reflexo do *gosto da solidão* no adolescente. Esse desejo de isolamento é provocado pela consciência que tem de si próprio; o jovem procura preservar e esconder dos outros o que há de singular na sua personalidade e lhe per-

tence — «O instinto lhe dizia que certas delicadezas ou extravagância do mundo íntimo podem ganhar com ser pressentidas pelos estranhos; mas perdem com ser expostas. Sem mesmo os entender perfeitamente obedecia aos conselhos desse instinto, guardando a sua solidão como quem guarda castidade» (p. 71).

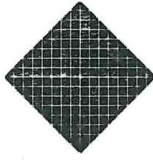
José Régio na sua obra interessa-se ainda por mostrar uma outra característica do adolescente — a sua *imaginação ou devaneio* — «Lélito preferia o estudo ao recreio. Não por amor do trabalho, não! Desde que chegara, ainda não conseguira trabalhar. Mas porque só durante o estudo (ou na cama, de noite) se podia entregar livremente ao melancólico devaneio em que vinha caindo» (p. 12).

E para terminar este breve apontar de algumas constantes no tratamento do tema da adolescência há ainda que falar na *preocupação pelo futuro* por parte do adolescente. Na obra de Marmelo e Silva *O Adolescente Agrilhado*, pode ler-se: — «Meu pai, eu gostaria de pregar o Evangelho que redime os pobres e os humildes! É os oprimidos... — tornou o Luís Miguel numa súplica revestida de coragem» (p. 37). É talvez esta a característica que maior ansiedade provoca no adolescente. Neste cria-se uma tensão, pois um dos seus maiores problemas é a procura da resposta para perguntas como estas «De onde vim?» e «Para onde vou?»

Maria José Ribeiro Duarte

BIBLIOGRAFIA

- Fernando Namora — AS SETE PARTIDAS DO MUNDO, 2.^a edição
José Marmelo e Silva — O ADOLESCENTE AGRILHADO, 3.^a edição
José Régio — UMA GOTA DE SANGUE, 2.^a edição
Manuel Mendes — ALVORADA, 2.^a edição



A História:

Sua necessidade, objecto e objectivos

1) — *Sua necessidade*

A vida é um contínuo evoluir de factos aos quais, pelo seu carácter de transitividade se dá o nome de acontecimentos.

Chegado ao estado positivo, o homem tende a encontrar no antecessor de um evento a sua causa próxima; partindo de causa em causa, solta fora do presente e embrenha-se na profundidade do passado. A curiosidade instintiva do ser humano em querer explicar tudo o que o cerca — o passado mais que nenhuma outra circunstância envolve o homem — leva-o inevitavelmente à necessidade de ser historiador.

Deve dizer-se que tal necessidade afecta sobretudo os homens de exigências intelectuais mais profundas; isto não impede, porém, que numa modalidade e intensidade diferentes, o homem comum não sinta o apelo do passado. A história é como uma janela aberta sobre o mundo de antanho. Não deseja, porventura, o homem vulgar ler o jornal? Por que o faz? Porque ele sente que para além do seu «eu» e de outros «eus» que de imediato o circundam, com quem ele toma contacto diário e, se quiser, momento a momento, há todo um outro «mundo» lá fora, longe do seu alcance perceptivo e prospectivo. O processo de integração nesse mundo é uma necessidade estrutural da pessoa humana; por isso ele se debruça sobre os jornais e deste modo vai ao encontro do mundo que existe para além dele e que, por sua vez, num simples jornal ou revista, vem reciprocamente ao seu encontro.

No entanto, o mundo em que o homem se situa não é apenas um modo de estar

coexistente; há todo um jogo de forças que exercem pressão, tanto de um modo lateral como em sentido abissal. O ser do mundo representa um ir sendo. A geração de hoje constitui um *términus* por sua vez transitivo de toda uma série de gerações que perfazem o substractum de qualquer civilização. A curiosidade do homem comum não se limita então a uma indagação sobre os povos coexistentes; vai prescutar o subsolo das gerações passadas.

Curiosidade de saber, portanto, o factor que leva o homem médio a gostar do passado. O intelecto humano, quer se encontre opulenta quer medianamente desenvolvido, não se acomoda simplisticamente ao seu actual viver e a cada passo se interroga acerca da sua origem e do seu futuro.

A história esclarece-nos sobre a marcha que a humanidade delineou ao longo dos séculos até atingir os dias presentes; consequentemente permite determinar as causas e as leis que subjazem em todo o devir civilizacional. O homem, neste caso o cientista, sabe através da história como foi condicionado o presente. A sociedade que nos rodeia, os nossos costumes, as nossas crenças, a nossa cultura, as nossas instituições, os quadros políticos a que estamos habituados são o fruto dos séculos que nos precederam (1). São factos e como tais explicáveis por leis. No entanto, a vida não é só presente nem passado; é um permanente *fieri*, motivo porque o futuro constitui um parâmetro teleológico do conceito (de

(1) Introdução à história Louis Halphen. trad. de Sílvio de Lima — Coimbra.

vida). Por este facto, uma das preocupações da civilização coetânea é preparar o tempo que há-de vir. No preparo e arranjo de um mundo novo cabe à história uma acção fundamental, uma vez que o futuro é previsível em função de leis que explicaram o progresso do homem até à actualidade. A história, permitindo-nos reconstituir o passado, dá-nos a chave do presente e permite-nos prevenir o futuro com conhecimento de causa.

Resumindo: a história coincide com uma atitude de curiosidade adveniente ao homem comum. No cientista, para além de um desejo desinteressado de saber, os estudos históricos justificam-se como uma aspiração de inteligibilidade sobre o cosmos presente que têm raízes no passado e determina as linhas de força de futuro.

2) — *Objecto*

É costume apresentar como objecto da história todos aqueles eventos que de qualquer modo contribuíram para a evolução da Humanidade. Não concordamos com tão restrito objecto imputado ao âmbito da história. Lê-se em qualquer compêndio que ela é a memória de humanidade. Desta acepção não há discrepâncias, segundo julgamos saber. Assim sendo, parece-nos existir um certo desajustamento entre a primeira afirmação e a segunda, uma vez que pela primeira se eliminam tantos acontecimentos que não contribuíram para a evolução das civilizações.

Parece-nos pois que a história terá por objecto tudo aquilo que remonta ao passado. Este será um postulado base. «Nenhum pormenor, nenhuma particularidade, é afastada a priori» (2).

Vimos, entretanto, que a «força» ou a sedução da história se impõe aos indivíduos com móbeis diferentes, consoante os motivos já apontados. O cientista vê na história um processo de estabelecer uma relação casual entre os factos; por seu lado, o homem comum encontra na história um meio de satisfazer a sua curiosidade. Advertimos desde já que é difícil distinguir o

homem cientista «puro» do homem comum «puro» e consequentemente torna-se um tanto utópico afirmar que aos cientistas só interessa a história com o objectivo exclusivo de determinar uma relação causal entre os eventos, assim como se torna controverso pretender atribuir uma atitude meramente psíquica ao homem comum quando se debruça sobre os livros históricos. Ambas as atitudes são preocupações teleológicas nos dois tipos referenciados, embora com as predominâncias optativas assinaladas; mas o domínio não significa exclusividade.

Diremos pois que o objectivo da história é tudo quanto se situa no passado. Tudo isto será material histórico. Acrescentamos: será material potencialmente histórico que se realiza como tal sempre que satisfaça os objectivos de um historiador.

3) — *Objectivos*

E quais são esses objectivos? Para que serve a História? Porque se ensina a história nos estabelecimentos de ensino?

Poderíamos citar aqui os objectivos apresentados por M. Von Santbergen no seu artigo «Os fins do ensino da História» (3):

- A história ensina o respeito da verdade.
- Dá o exemplo de um humanismo aplicado.
- Introduce o indivíduo nas responsabilidades do tempo presente.
- Estigmatiza o autoritarismo exagerado.
- Suscita reacções de justiça.
- Conduz à sabedoria e à prudência.
- Comunica o gosto de tolerância.
- Desenvolve o sentido da solidariedade humana.

Estamos de acordo com estes e outros objectivos expostos pelo Inspector Sautbergen e igualmente aceitamos outras razões de ensinar história recolhidos através de um inquérito feito com esse fim nos Estados

(2) L. Halphen, ob. cit.

(3) Cahiers Pédagogiques — Jan. 1967.

Unidos em 1909, igualmente citadas pelo mesmo autor:

- Disciplina a memória, a imaginação e o juízo.
- Promove os ideais de patriotismo, de conduta e de serviço social.
- Estabelece relações com os acontecimentos correspondentes.
- Desenvolve os hábitos de precisão no exame dos factos e de sagacidade na sua comparação.
- Percebe claramente as relações casuais.
- Inclua à tolerância, etc., etc., etc.

Para além de toda esta gama de funções atribuídas à história, queremos ainda destacar duas coordenadas que devem primordialmente reger o ensino da mesma:

a) — A história abre os horizontes à compreensão da vida de criança; constitui uma verdadeira filosofia da vida através da qual é possível perspectivar na sua real dimensão o valor e o significado das realidades sociais.

A criança vive num meio sempre limitado pelo lugar e pelo tempo, que pode ser referido tanto aos anos da sua vida como aos anos que uma geração demora a percorrer. Considerados numa perspectiva epocal, as realidades sociais impõem-se de um modo absoluto que não poucas vezes se desajustam das trilhas axiológicas por que a vida humana se deve pautar. Todos ⁽⁴⁾ estão de acordo que a Inquisição foi um estabelecimento criado pela Igreja com uma finalidade cruel quando observada numa perspectiva temporal: porém, nos anos em que as vítimas eram selvaticamente sacrificadas ao furor da época, poucos se davam conta dos crimes horrendos que se estavam praticando. Havia como que um emparedamento visual e por isso tudo estava bem. Tudo era serviço de Deus ⁽⁵⁾.

⁽⁴⁾ Exceptuam-se os fanáticos.

⁽⁵⁾ Inquisição e Cristãos Novos Aut. José Saraiva.

Qual o critério para se avaliar da verdadeira ortodoxia que deve informar toda a criação humana? A lei vigente? Os usos? Os costumes? Não possuem estes interventores o exacto aval do absoluto normativo, porquanto todas estas instituições são por sua vez criações do próprio homem. A aferição do seu valor exacto posluta uma saltada para fora do tempo; só o tempo, ou com mais exactidão, a perspectiva temporal. Permite determinar a génese das instituições criadas; e só através do tempo será possível averiguar acerca dos conditionalismos que levaram determinadas realidades humanas a adquirirem este ou aquele aspecto. Ora, o tempo como realidade que se observa em profundidade, é o nome que nós podemos dar à história. Na história, pois, a criança relativiza todos os factos que o cercam e pode por acção de uma crítica reflexiva detectar-lhe os desvios e atribuir-lhe uma interpretação mais exacta. Esta exactidão não posluta princípios absolutos. Eles não existem. Acompanham o ciclo da vida.

Outro factor de interesse:

b) — Levar o aluno a uma exacta compreensão da humanidade. A civilização actual é um elo da corrente universal que se estabeleceu a partir do aparecimento do homem na terra e se prolonga a partir de outros momentos que são constituídos pelas várias gerações que se sucederão no futuro. Ora, um volver de olhos para as civilizações precedentes, leva-nos, por um lado, a reviver as várias guerras que os homens tiveram de travar entre si para atingirem um lugar ao sol no caminho da vida; por outro constata-se que esta (vida) não é senão uma cadeia de solidariedade contínua. Uma civilização constitui sempre uma projecção da que a precedeu e na sua essência presente alicerça o futuro dos homens que hão-de vir. Dizia Burke há mais de 20 anos: «A sociedade não é uma associação cujo único fim é assegurar a sobrevivência material de valores temporários e perecíveis. É uma associação que engloba todas as artes, todas as virtudes, toda a perfeição. Como uma tal associação não conseguirá chegar aos seus fins senão após numerosas gerações, ela não se cria unicamente entre os contemporâneos; ela une também os vivos

aos que já o não são e também aos que ainda não nasceram (6).

Do mesmo modo significativas são as palavras proferidas em França em 1963 por Aristides Brien: «O dia em que se ensinar aos alunos a estimar os outros povos, a procurar o que une os homens mais do que o que os divide... a paz reinará entre os homens (7).

Ora cá temos a palavra almejada: A paz.

Bem sabemos que os homens nos tempos modernos têm criado instituições internacionais tendentes a estabelecer a paz entre o mundo. A extinta Sociedade das Nações e agora a Onu são exemplos desse esforço, dessa conquista, do civismo internacional que hoje principia a reinar entre os homens. É não se duvide: dado o avanço tecnológico atingido pelo homem no domínio bélico, sabido que tanto a Rússia como a América albergam em depósitos subterrâneos gases mortíferos capazes de aniquilar todo o ser vivo existente à fase da terra e retém em silos ultra-secretos centenas de poderosos engenhos nucleares, não entendemos outros esforços no homem que não seja esse: o estabelecimento na terra de uma paz universal e verdadeira.

Longe estamos dos tempos em que, Hegel (8) proclamava a guerra entre os povos como manifestação de sobrevivência entre os mais fortes: as consequências da sua tuba belicista concretizaram-se nas duas últimas grandes guerras que encharcaram o orbe terrestre de cadáveres, muitos causados por canhões, granadas, morteiros e bombas atómicas, outros, vítimas dos gases asfixiantes soltos nos campos de extermínio de Dachau e quejandos. Aliás, estamos convictos de que, se o filósofo de Stuttgart vivesse nos dias de hoje e dominasse todos os segredos militares das grandes nações, de certo se integraria na aspiração universal que hoje domina o espírito de todos os homens ecumênicamente conscientes.

(6) Cit for Otto Ernest Schueddekoff — L'enseignement de l'histoire.

(7) Cit for René Von Soutérberger — ob. cit.

(8) O pensamento alemão — G. Spenlé — Coimbra Editora.

Pela sua natureza, a história pode, melhor que nenhuma outra disciplina, contribuir para a formação de um humanismo integral; levar as pessoas a ver no seu próximo não um rival na luta pela existência mas um cooperador na formação de um mundo melhor.

Criou-se em 1918 a Sociedade das Nações e em 1945 a Onu. Ambas tiveram e têm por objectivo a paz universal. A paz, contudo, não se obtém apenas na mesa das conferências. A paz é o resultado de uma conquista (9), de uma congregação de esforços, de uma mentalidade e de uma psicologia. Os organismos oficiais e internacionais não agem arbitrariamente. Eles exprimem a vontade dos homens que representam, e um mundo de homens conscientes jamais permitirá a formação de organismos inconscientes.

A educação, a consciencialização dos povos, eis o que mais importa. Parece-nos, deste modo, precipitada a atitude dos responsáveis pelo governo dos povos, ao tentarem reduzir o programa de ensino a disciplina de História. Partem de um equívoco aqueles que assim procedem pois que, mais que um somatório de factos ocorridos no passado, mais que um enunciado de acontecimentos que despertam maior ou menor atenção, a história é a grande aula da vida.

O objectivo desta disciplina deve consistir hoje mais que nunca em expôr os factos históricos com um espírito de objectividade e compreensão mútua; em destacar a interdependência das culturas, em assinalar o contributo cultural de cada nação para a evolução da humanidade.

Este aspecto formativo da História afigura-se-nos básico na idade em que o ser humano se apresenta mais receptivo a todas as ideias.

Armando Saraiva

(9) O Mundo de ontem — Stefan Zweig.

Algumas considerações sobre a figura de

Dom João e o donjuanismo

Foi Tirso de Molina, um dos três mais notáveis (juntamente com Lope de Vega e Calderon de la Barca) poetas-dramaturgos da época áurea da criação do teatro moderno em Espanha (século XVII), o criador da figura de Dom João.

Dispensamo-nos de focar a sua personalidade multifacetada de dramaturgo e de poeta e vamos deter-nos apenas na obra que lhe granjeou fama mundial — «El Burlador de Sevilla y Convidado de Piedra» — onde sobressai a discutidíssima figura de «D. Juan», o sedutor de mulheres. A obra é um drama constituído por 4 episódios desenrolados em localidades diferentes. Através deles descortinam-se os traços essenciais da figura de Dom João.

O primeiro episódio passa-se em Itália, numa noite, no palácio do rei de Nápoles, onde Dom João, servindo-se de audacioso estratégia (finge ser Octávio, noivo da duquesa Isabel) introduz-se nos aposentos da referida duquesa a quem engana, acabando por fugir e abandoná-la.

O segundo episódio decorre em Espanha, na costa de Tarragona. Desta vez, a protagonista feminina é a bela Tisbea, filha formosa de um pescador. Tisbea, sòzinha na praia, exprime a sua felicidade por ser independente e livre e ter escapado até então às complicações do amor. Inesperadamente, dois homens são arrojados à praia, salvos quase por milagre — Dom João e o seu fiel laçao, Catalino. Dom João desfalece e Catalino deixa-o no regaço da bela e sedutora Tisbea, ao calor do qual recupera os sentidos. Fascinado pela formosura de Tisbea, Dom João faz a Catalino a confidência dos seus sentimentos e das suas secretas intenções. Tisbea, por seu turno, está também encantada e acredita ingenuamente na promessa de casamento de Dom João, a quem acaba por ceder. Mais tarde, lança-se ao mar, desesperada com o vil

procedimento de Dom João, que entretanto fugira com o seu laçao, servindo-se de duas éguas que ela havia criado.

O terceiro episódio desenrola-se em Sevilha e desta vez a vítima do sedutor é a formosa D. Ana, filha de D. Gonçalo de Ulloa, embaixador da Espanha em Lisboa. Dom João está em Sevilha, onde chegara na véspera, vindo de Tarragona donde fugira, após ter sido o autor do cruel drama da pescadora Tisbea, e tem conhecimento da existência da sedutora Ana, a quem engana, fazendo-se novamente passar por outra pessoa. Mais uma vez, após cumpridos os seus intentos, se vê obrigado a fugir.

O quarto episódio tem por local a aldeia de Dos Hermanas, num dia em que nesta aldeia se celebram as bodas de Aminta, uma linda camponesa. Dom João e Catalino chegam a essa aldeia, de passagem. Tendo notícias daquelas bodas, Catalino vai a casa do pai da noiva onde se festeja o acontecimento, para anunciar a chegada de Dom João, que manifesta o desejo de assistir às festas do casamento. Dada a categoria fidalga do visitante, Dom João é convidado a participar no almoço. Sem esperar que se lhe indique o lugar, senta-se, com surpresa geral, ao lado de Aminta, para quem começa logo com galanteios. O almoço acaba tarde. Aminta recolhe ao seu quarto para repousar um pouco. Inesperadamente, Dom João chama por ela e entra no seu quarto. Faz-lhe uma declaração de amor ardente usando do seu poder de sedução e propõe-se casar com ela (o casamento de Aminta não se tinha ainda realizado). Aminta, que se deixa agradavelmente encantar com as ardentes palavras de Dom João, acaba por ceder, e o emérito enganador acaba mais uma vez por triunfar.

Isto, em suma, o esquema geral da primeira parte da obra (não consideramos a parte final por ser de menor interesse

para a caracterização da figura de Dom João).

Que poderá deduzir-se deste esquema (que não evita de modo nenhum a leitura agradabilíssima do drama) em relação aos caracteres essenciais do tipo de Dom João, tais como foram definidos por Tirso de Molina? Através das proezas do herói do drama, distinguiremos dois aspectos em Dom João: o homem e o sedutor. Como homem, o herói de Tirso de Molina é solteiro, interessante sem ser belo, jovem, corajoso, altivo, valente, cortês. Mas, tratando-se de mulheres, Dom João é essencialmente enganador, cínico, egoísta, infiel, sem escrúpulos, não hesitando nos meios a utilizar para conseguir os seus fins. Falta aos juramentos, não se preocupa em saber se aquelas são casadas ou solteiras e não se importa com os prejuízos e consequências morais que possa causar aos outros. Não experimenta o ciúme, não crê no amor e abomina o casamento, considerando-o apenas como uma ideia útil como promessa a fazer para mais fácil êxito nas suas proezas. Após ter seduzido uma mulher, abandona-a e procura substituí-la, ansiando por novas aventuras, novas sensações.

O Dom João, na sua criação original, é isto e nada mais que isto. É um «burlador», nada mais. Todos aqueles que, através dos séculos, influenciados pela obra do dramaturgo espanhol, tentaram imitá-lo, desfiguraram a sua fisionomia típica, alterando-a e adulterando-a.

O Tema de Dom João e a Literatura Portuguesa

É necessário começar por dizer que não foi o drama de Tirso de Molina que se tornou conhecido e se divulgou em Portugal, mas sim uma Comédia de Molière, tradução da referida obra do dramaturgo espanhol. Ora, o Dom João com que depáramos na tradução de Molière é um tipo falseado da personagem de Tirso de Molina (basta afirmar-se que o herói de Molière é casado e portanto, já um pouco difícil de aceitar). Foi esta personagem completamente desfigurada em relação ao original que se difundiu em Portugal.

Por esta razão, não há na literatura portuguesa qualquer obra — drama ou comédia, romance ou poema — em que o protagonista revele os caracteres próprios do tipo de sedutor de Molina, simultaneamente inconstante, audacioso e cínico. No entanto, o tema de Dom João aparece, embora com características peculiares e marcadamente individuais, na nossa literatura. Assim, em 1864 saíu a «Ondina do Lago» de Teófilo Braga em que Dom João «funciona simultaneamente como símbolo da inevitabilidade fatídica da paixão e do século da razão descrente e da libertinagem». Em 1874 aparece «A morte de Dom João» de Guerra Junqueiro, mas, para este autor, o herói é um indivíduo doentio que «simboliza perfeitamente uma parte da sociedade moderna» e a quem é necessário moralmente matar. Uma atitude idêntica, de carácter moralista, apresenta o poema «O último D. João» de Guilherme de Azevedo (1874) apresentando-nos o protagonista como fundamento de uma crítica expressa em termos veementes contra «a sordidez dos devassos, as bacanais dos ricos irresponsáveis». É com Eça de Queirós e a figura sedutora, frívola e cínica do primo Basílio que melhor se trata na nossa literatura o tema de Dom João, embora uma figura menor do herói e caricaturalmente focada. Outros autores como Silva Gaio («D. João») Rui Chianca («A Alma de D. João») e António Patrício («D. João e a Máscara») escreveram poesias inspirados no donjuanismo, mas apenas se servem dele para as suas efusões líricas, devaneios, fantasias ou sonhos. Mais recentemente, Júlio Dantas («A Ceia dos Cardeais», «Um Serão nas Laranjeiras», «Ao ouvido de Madame X») apresenta-nos um donjuanismo «galante, punhos de renda, em que o tipo de requestador é visto com leveza, que não exclui, contudo, finura e acuidade psicológica». Urbano Rodrigues («O Castigo de D. João») «propõe um modelo generoso e elegante do voluptuoso conquistador nacional». Joaquim Paço d'Arcos («Amores e Viagens de Pedro Manuel» e especialmente em «Diário de um Emigrante») apresenta-nos «um tipo de sedutor equilibrado de fundo honesto e sensível».

Apresentaremos finalmente dois casos a que Fidelino de Figueiredo («Donjuanismo e antidonjuanismo em Portugal»)

chama de «donjuanismo vivido» nas figuras dos poetas Francisco Xavier de Oliveira, mais conhecido por Cavaleiro de Oliveira e Almeida Garrett. Serão realmente dois casos reveladores da sintomatologia definida por Tirso de Molina? Cremos bem que não, se considerarmos que, por exemplo, Cavaleiro de Oliveira, embora revelando de facto uma «volubilidade incessante» de Dom João, expurga das suas aventuras o materialismo cínico que caracterizava o herói de Molina, considerando inclusivamente o matrimónio como um factor de equilíbrio psicológico. E quanto a Garrett? É conhecida de todos a volubilidade sentimental do nosso reformador romântico que foi de facto um amoroso inconstante. No entanto, Garrett tinha o culto da mulher, divinizava-a. O Dom João romântico (a figura de Carlos nas «Viagens na Minha Terra») é um indivíduo que procura alcançar o absoluto, o ideal, por vezes através do amor, (caso de Carlos) buscando por isso uma mulher arquétipo que condense em si todas as virtudes (a figura de Joanhina nas Viagens).

De tudo isto pode concluir-se que, na nossa literatura, o donjuanismo se apresenta num âmbito largo e elástico, em relação ao original castelhano.

*

Ora, existirá ou terá existido na humanidade alguma figura de Dom João, verdadeiro sedutor de mulheres, essencialmente egoísta, infiel, cínico, desconhecendo a tristeza, o sofrimento e o remorso?

Cremos bem que sim. Vejamos pois, para finalizar, um exemplo frisante do donju-

nismo vivido encarnado na figura de Casanova, o mais extraordinário sedutor de mulheres, o mestre dos mestres. Diz Giacomo Casanova: «aquele que não ama a vida não é digno de viver». Porque amava ele a vida? Deixemo-lo responder: «Nada na natureza exerceu jamais sobre mim um poder comparável ao de uma bela figura de mulher... A beleza seduz-me, aspiro à sua posse, e desprezo-a se não é o amor que me oferece o gozo...», Considerava a audácia em amor como o meio mais seguro de ser bem sucedido. Era cínico — «eu estava sempre disposto a passar dum gozo a outro gozo» —, acusava no seu carácter completa ausência de moralidade, optando sempre pelo prazer quando devia escolher entre este o dever. Não era de modo nenhum um homem honesto, mas era simpático, esbelto, vigoroso, bastante trigueiro, galante, de olhos ardentes. Não tinha escrúpulos nos meios de arranjar dinheiro e não hesitava em o receber das suas amantes. Quem era afinal Casanova? Um homem solteiro, enganador, egoísta, infiel, que procura apenas o prazer pelo prazer sem cuidar das consequências dos seus actos, um homem que, com catorze anos apenas, acha numa bonita rapariga de dezasseis anos, as primeiras lições de amor. É o início da sua vida de sedutor, durante a qual teve centenas de amantes de todas as categorias sociais. Diz ele nas suas «Memórias» — «Na minha longa carreira libertina, durante a qual a minha irresistível inclinação para o belo sexo me levou a utilizar todos os meios de sedução, fiz perder a cabeça a algumas centenas de mulheres». Isto sim, é um caso revelador da sintomatologia definida por Tirso de Molina no seu «El Burlador de Sevilla».

Lúis Manuel Cunha

Casa de Ferragens **COU TINHO**

ARMEIROS

Artigos de caça e pesca

Ferro, Ferragens e tintas

Telef. 82501

Av. Dr. Oliveira Salazar

BARCELOS

RIGOROSA EXECUÇÃO DE RECEITUÁRIO
MÉDICO. OFICINA PRÓPRIA. TÉCNICO
ESPECIALIZADO

Jorge

OCULISTA

Visitando V. Ex.^a esta casa verificará seriedade, honestidade e competência.

LENTES: Contacto, Inquebráveis, Verdes e Cores Diversas, Bifocais, Trifocais

BARCELOS Rua D. António Barroso, 119

SANTO TIRSO Parque de D. Maria II, 59 Telef. 52582

V. N. DE FAMALICÃO Rua Adriano Pinto Basto, 116
Telef. 22474-P. F.

PASTELARIA
MERCEARIA
FRUTARIA
SNAK-BAR

SUPERMERCADO DA CASA DO CAFÉ

Rua D. António Barroso, 61-63

Telefone 82390
BARCELOS

Para bem viajar só com a

Agência de Viagens **AVIBAR**

Passagens de avião, barco e comboio. — Passaportes, Turismo e Excursões —

Av. Dr. Oliveira Salazar, 49 — Telef. 82923 e 83208

BARCELOS

4) *Funções dos oficiais da câmara*

a) — OS JUIZES — Como já atrás o dissemos, faziam parte da Câmara de Vila do Conde, no século XVII, primeiro, dois juizes ordinários cuja forma de eleição era a mesma da usada para vereadores e procuradores do concelho, depois, um juiz de fora, pessoa não residente na vila.

Enquanto os juizes ordinários exerciam as suas funções por um ano apenas, os juizes de fora eram nomeados pelo Duque de Bragança pelo prazo de três anos, como se poderá ver pelo tempo que exerciam os seus cargos.

A nomeação do primeiro juiz de fora destinado à vila é comunicada aos oficiais da câmara por carta do Duque de Bragança de 6 de Agosto de 1609, a qual acompanha a confirmação da eleição dos vereadores e procurador do concelho para esse ano (20).

Apesar de o Duque de Bragança ter prometido que o juiz de fora «em muy breves dias» estaria em Vila do Conde, só a 30 de Dezembro desse ano é que ele compareceu pela primeira vez na Câmara (21).

O primeiro juiz de fora foi o licenciado Mateus Peixoto e serviu o cargo até ao fim do ano de 1612. Desta data até ao fim do século nem sempre houve juizes de fora como veremos mais adiante.

A população da vila não aceitou de boa vontade a nomeação destes magistrados que eles consideravam, certamente, intrusos na administração do concelho. Assim, embora nada conste que se tenha oposto à nomeação do primeiro juiz de fora, o mesmo não podemos dizer, quanto à do segundo que foi João Pacheco Ravasco.

Para o ano de 1614 já haviam sido eleitos dois juizes ordinários, quando foi nomeado um juiz de fora pelo Duque de Bragança. Então, os oficiais da Câmara, juntamente

com o povo da vila, reuniram-se e resolveram ir com embargo ao «1.º João pachequo seruir de juiz, defora nesta villa ne'Elle nem outro pra juiz defora senão q'ouesses nella juiz hordinarios como dantes avia pra bom governo E quietação como seus antepassados assim oforão E sempre segovernarão.»(22) Esta reunião é de 17 de Fevereiro de 1614 e, embora a câmara, teimosamente, nessa mesma sessão, tivesse eleito para substituir um juiz ordinário «q'hera escuso por sentença», o licenciado Francisco da Cunha, o Duque procedeu com energia e autoridade. E logo, a 3 de Março seguinte, o juiz de fora apareceu na câmara com duas cartas que confirmaram a sua nomeação, uma do Rei e outra do Duque (23).

Daí e até 1630, sempre em Vila do Conde foi administrada a justiça por juizes de Fora. Mas, entre 1631 e 1641, precisamente durante o período em que o Duque de Bragança não gozou do privilégio do provimento dos oficiais da Câmara, foram eleitos novamente, em seu lugar, dois juizes ordinários. Donde podemos concluir que este concelho gozou sempre de maior autonomia, quando estava sob a alçada do rei do que quando sob a jurisdição da casa mais poderosa de Portugal. A nomeação de juiz de fora era uma garantia de que a vontade do Duque seria mais fielmente respeitada no concelho, pois aquele era sempre uma pessoa de confiança deste e não podemos pensar que os seus poderes eram poucos ou as suas funções de secundária importância, como veremos mais adiante.

Acontecia, por vezes, que não havia nem juiz de fora nem juizes ordinários. Então desempenhava essas funções o vereador mais velho; isto aconteceu frequentemente, no século XVII, ora entre o fim do mandato dum juiz de fora e a nomeação

de outro, ora na ausência ou impossibilidade do juiz de fora ou dos juizes ordinários. Dentre o grande número de vezes que isto aconteceu, podemos citar duas apenas para não tornarmos este trabalho fastidioso. Além disso, julgamos desnecessário referir mais casos, uma vez que esta substituição dos juizes pelo vereador mais velho é preceituada pelas Ordenações Filipinas (24).

Assim, por não haver juiz de fora nem juizes ordinários, durante todo o ano de 1657 e parte de 1658 (até 28 de Agosto) serviu as funções de magistrado da justiça o vereador mais velho; nesta data tomou posse do cargo de juiz de fora o Licenciado António de Vilas Boas de Sampaio (25). A partir de 30 de Agosto de 1661 até 26 de Setembro do ano seguinte o cargo referido é igualmente desempenhado pelo vereador mais velho (26).

Já atrás ficou dito que os juizes desempenhavam num concelho funções muito importantes. Talvez os possamos mesmo comparar aos presidentes das câmaras de hoje, se considerarmos apenas as suas funções administrativas. Se bem que nunca tínhamos encontrado, em documentos do século xvii, qualquer referência que lhes atribua o lugar de presidente da câmara o mesmo não podemos dizer em relação ao século seguinte. Na verdade, fortuitamente, pudemos encontrar, no meio de um livro de vereações do século xviii, um auto de inquirição sobre o comportamento do médico do partido de Vila do Conde por este ter desamparado uma enferma da rua da Bajoca; nesse auto o juiz de fora é designado «presidente da Câmara» (27).

O facto de aparecerem sempre em primeiro lugar os nomes dos juizes nas actas das sessões leva-nos a crer que eles eram os mais importantes.

Vejamos então se as suas funções eram tão importantes que meressem ser considerados os presidentes da câmara.

Segundo as Ordenações Filipinas, «os juizes ordinários e outros, que Nós de fora mandarmos, devem trabalhar, nos lugares e seus termos, onde forem Juizes, se não façam malefícios, nem malfetorias. E fazendo-se, provejão nisso, e procedão contra os culpados com diligências» (4). Competia-

-lhes, pois, tanto aos juizes ordinários como ao juiz de fora julgar, em primeira instância, as questões criminais e civis. Assim os vemos fazer, muitas vezes, durante o século xvii, em Vila do Conde, não faltando referências a essas funções nos livros das vereações; dizemos ter encontrado apenas referências porque não conhecemos a existência, no Arquivo Municipal, dos livros das sentenças.

Depois de julgadas, em primeira instância, as questões citadas, a apelação podia ser feita para a Relação do Porto, antes do direito de jurisdição pertencer ao Duque de Bragança. A partir desta altura, as questões do concelho passaram a ser apreciadas, em segunda instância, pelo Ouvidor de Barcelos que era magistrado da Casa de Bragança. Só depois de julgadas as questões nas duas primeiras instâncias, é que as partes podiam apelar para a Relação do Porto.

Nem sempre, com certeza, foram respeitadas estas cláusulas pois que, na sessão de 14 de Novembro de 1687, o escrivão da Câmara foi notificado para não mandar nenhuma apelação para a Relação do Porto sem primeiro terem sido os casos apreciados «na primeira e segunda instância pellos ministros» da Casa de Bragança (29).

Em 1695, foi novamente lembrada essa obrigação, na sessão de 22 de Janeiro (30).

Além das funções judiciais, os juizes tinham também funções administrativas pois, segundo as Ordenações Filipinas, competia-lhes, juntamente com os vereadores e o procurador do concelho, participar no regimento da vila (31).

Na verdade, a todas as sessões da Câmara compareciam os juizes ordinários ou de fora e tomavam parte nas deliberações com os vereadores e o procurador do concelho.

Ou porque a Câmara, por vezes, quisesse propositadamente reunir sem a presença do juiz de fora, por se recusarem a admitir um indivíduo estranho, o que é plausível dada a resistência que a vila opôs à sua nomeação, como vimos atrás, ou por advertência rotineira, ou por qualquer outro motivo que desconhecemos, Gonçalo Lemos da Rosa, em correição em Vila do Conde, no ano de 1625, estabeleceu que «Os vereadores não facam câmara, nem posturas,

nem acordos, sem estar presente o juiz de fora, chamado para isso por ser contra forma de lei» (32)

b) OS VERADORES

Em número de dois, quando havia juizes ordinários, o seu número era acrescido de mais um, quando a justiça era administrada por um juiz de fora.

Estes oficiais da Câmara eram sempre pessoas da vila, eleitas da forma que já ficou dita em capítulo anterior.

Tinham, principalmente, funções administrativas mas algumas das suas atribuições tinham carácter judiciário, pois despachavam, juntamente com os juizes, os feitos das injúrias verbais e de furtos pequenos e de almotaçaria (33).

As suas principais funções administrativas eram as seguintes:

As sessões realizavam-se às Quartas-feiras e aos Sábados, pelo que eles eram obrigados a comparecer na Câmara nesses dias (34).

Verificavam se os bens do concelho eram aproveitados como deviam, providenciando para que o fossem, no caso de o não serem (35).

Tomavam as contas aos procuradores e tesoureiros do concelho (36).

Ordenavam que as padeiras, almocreves e outros oficiais usassem de seus officios, taxando-lhe os seus produtos de maneira que obtivessem lucros «honestos» (37).

Velavam por que os bens do Concelho não fossem usurpados por ninguém (38).

Arrematavam as rendas do Concelho ou mandavam recolhê-las directamente, nomeando, neste último caso, «recadadores e requeredores» (39).

Faziam guardar numa arca de duas feaduras todos os forais, tombos, privilégios e quaisquer outras escrituras que pertencessem ao Concelho, ficando um vereador com uma das chaves e o escrivão da Câmara com a outra (40).

Mandavam reparar os caminhos, fontes, chafarizes, pontes, calçadas e poços, sob pena de o corregedor, ao fazer a correição, mandar repará-los à custa deles (41).

Faziam guardar «as posturas, vereações e costumes antigos» que vissem que eram

boas, emendando as outras e fazendo outras de novo desde que julgassem necessárias para o bom regimento da terra (42).

Competia-lhes também «pôr taxa aos officiais mecânicos, jornaleiros, mancebos e moças de soldada, louça e as mais cousas que se comprarem e venderem segundo a disposição da terra e qualidade do tempo» (43)

Lançavam fintas quando as rendas do concelho não chegavam para as despesas necessárias com o consentimento do corregedor (44).

Como vemos, os vereadores eram os magistrados administrativos por excelência, a eles competindo as funções de maior responsabilidade no sector da administração municipal. Se bem que as funções destes officiais da Câmara fossem as mesmas para todos os concelhos, certamente que, de município para município, divergiam os problemas que maiores preocupações lhes davam. É precisamente sobre a acção destes magistrados na resolução das dificuldades mais sérias e no provimento das insufficiências mais graves do concelho de Vila do Conde, no século XVII, que nós nos vamos debruçar um pouco, embora, devido às limitações deste trabalho, de maneira breve e superficial.

Um dos problemas de maior gravidade para a vila era a carência de mantimentos, consequência natural da falta de termo. Os vereadores tinham de providenciar para que os produtos necessários à alimentação da população vilacondense não faltassem. Tratava-se da satisfação de uma necessidade primária e, portanto, mais cuidados este assunto lhes merecia. Assim, todos os anos, estes magistrados, no uso das funções que lhes cabiam, percorriam os caminhos de acesso à vila para se certificarem do seu estado e ordenarem a sua reparação. Geralmente, faziam-no no princípio do Inverno para que, com o advento das chuvas, eles não ficassem intransitáveis, impedindo o acesso das mercadorias. Além destas medidas, muitas outras eram por eles tomadas no mesmo sentido; não ficam aqui enunciadas, porém, porque deste assunto trataremos mais pormenorizadamente num outro trabalho sobre a economia.

Outro problema também muito importante para a sobrevivência da terra e bem-estar da sua gente era a defesa do seu porto,

procurando impedir os ataques dos piratas numa época em que a pirataria estava tanto em voga. Veremos igualmente, noutro trabalho, as medidas que foram tomadas pelos vereadores de Vila do Conde neste sentido.

Quando os vereadores se recusavam a cumprir as determinações do poder central, podiam ser suspensos e substituídos por outros.

Assim aconteceu, por exemplo, quando Filipe III de Portugal e IV de Espanha lançou um novo imposto sobre a população portuguesa — o Real de Água. Protestando, talvez, contra a prepotência do soberano espanhol, os vereadores da Câmara de Vila do Conde de então, João Álvares de Azevedo e António Maio, e o procurador do concelho, Simão Lopes de Azevedo, recusaram-se a lançar esse imposto aos seus munícipes. Esta atitude valeu-lhes serem suspensos dos seus cargos e o povo da Vila teve de eleger novos oficiais em sua substituição que foram: Rangel Barbosa e Manuel Gonçalves, para vereadores, e Francisco Gonçalves Galhão, para procurador do concelho (45).

c) — O PROCURADOR DO CONCELHO

Era um só e fazia parte do corpo administrativo, sendo eleito da mesma forma e na mesma ocasião dos vereadores e juizes ordinários.

As suas mais importantes funções eram as seguintes:

Informava-se, depois de arrecadadas as rendas do Concelho, se o rendeiro das coimas deixara alguma por cobrar e, em caso afirmativo, encarregava-se de o fazer (46).

Requeria aos vereadores e juizes todas as reparações necessárias às casas, fontes, chafarizes, poços, calçadas, caminhos, etc., fazendo os requerimentos perante o escrivão da Câmara para livrar-se de responsabilidades no caso de as obras não serem feitas e haver prejuízos para o Concelho (47).

Servia de tesoureiro da Câmara, quando não havia este oficial, encarregando-se de receber todos os rendimentos do concelho e de fazer todas as despesas que lhe fossem ordenadas pelos juizes e vereadores (48).

Estas funções implicavam a sua presença em todas as sessões do município.

III — OUTROS MAGISTRADOS E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

Além dos magistrados que faziam parte do corpo administrativo, havia outros funcionários que desempenhavam as mais variadas funções. Destes vamos dar notas muito breves, limitando-nos a apontar as suas atribuições gerais e, na medida do possível, uma ou outra particularidade que julgemos ter interesse para o nosso estudo.

1) O *Escrivão da Câmara*

Este funcionário tinha a seu cargo fazer o livro de receita e despesa da Câmara, assentando nele todas as rendas do Concelho recebidas, bem como o nome das pessoas a quem fossem arrendadas, por quanto e em que datas se deviam pagar; noutra parte do mesmo livro, assentavam também todas as despesas de maneira bem clara (49).

Era este funcionário que igualmente escrevia «em hum livro para isso ordenado» todos os mandados e acordos da Câmara que eram assinados por quem os mandava ou acordava (50).

Estas eram as suas funções mais importantes.

É muito natural que o escrivão da Câmara fosse também simultaneamente escrivão da almotaçaria, pois muitos deles, ao redigirem as actas das sessões se intitulavam escrivães da Câmara e da almotaçaria (51).

Nos livros de receita e despesa da Câmara do século xvii, figura em todos eles uma despesa de 4.000 réis, paga em 4 prestações de 1.000 réis cada uma do ordenado do escrivão da Câmara. No livro do ano de 1615, porém, recebeu o escrivão a quantia de 1.500 réis de cada quartel, sem que tivéssemos encontrado qualquer razão justificativa para a alteração do ordenado. Nesses mesmos livros se encontram também registadas mais despesas feitas a favor do mesmo funcionário, por certidões, alvarás e outros documentos por ele passados.

2) *O Tesoureiro da Câmara*

Era o funcionário encarregado de receber dos rendeiros todas as rendas do Concelho, bem como de fazer todas as despesas, desde que para isso tivesse mandado dos oficiais da Câmara (52).

Era eleito da forma que já vimos atrás, entre as pessoas do Concelho e simultaneamente com os juizes ordinários, os vereadores e o procurador do Concelho.

3) *Almotacés*

Estes magistrados eram de uma importância muito grande pois que superintendiam em tudo quanto dizia respeito à economia da Vila, competindo-lhes mandar apregoar, nos dois primeiros dias após a sua entrada em exercício, que os carneiros, padeiras, regateiras, almocreves, alfaiates, sapateiros e outros oficiais usassem de seus ofícios e dessem mantimentos «em abastança, guardando as vereações e posturas do concelho» (53).

Assistiam à repartição da carne pelos carneiros (54).

Obrigavam os carneiros e as padeiras a servirem um ano (55).

De uma maneira geral, competia-lhes velar por que fossem respeitadas as taxas impostas aos produtos pelos oficiais da Câmara, bem como os pesos de pão das padeiras. Eram eles também que almotacavam o peixe.

Eram em número de dois e, ao contrário do determinado nas Ordenações Filipinas para que se fizessem almotacés todos os meses (56), em Vila do Conde, no século XVII, elegiam-se estes magistrados de três em três meses. Havia, portanto, durante um ano, 8 almotacés, exercendo os primeiros dois as suas funções nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março, os segundos, em Abril, Maio e Junho, os terceiros, em Julho, Agosto e Setembro e, finalmente, os últimos dois, em Outubro, Novembro e Dezembro.

Eram eleitos pelos oficiais da Câmara, quando já tinham servido o cargo os membros do corpo administrativo do ano anterior. Assim, nos primeiros períodos de três meses serviam os juizes ordinários, vereadores

e procurador do concelho do ano transacto e só depois é que se procedia à eleição dos outros almotacés (57).

4) *Alcaide*

Este magistrado tinha funções policiais, competindo-lhe velar pela ordem e segurança da vila.

Era eleito por três anos pelos oficiais da Câmara e pelas pessoas da governança e do povo. Após a eleição, o alcaide fazia um juramento sobre os Santos Evangelhos e depois prestava fiança. Esta eleição tinha de ser confirmada (58).

Estes oficiais, por vezes, não cumpriam as suas obrigações como aconteceu, por exemplo, com Estêvão Folgueira, em 1614, que, exercendo essas funções provisoriamente, até vir o provimento da Relação, nomeando Francisco Álvares (59) delas foi suspenso por não ter feito as diligências «sobre o dr.º das fintas Esehastinha feitas Epenhoradas as pessoas q'herão reveis Enão querião pagar», sendo substituído por João Álvares Ramires (60).

Igualmente suspenso foi o alcaide Francisco Álvares, (61) em Agosto de 1634, também por «não querer fazer as diligências que m.tas veses se lhe mandarão» para que fossem cobradas as rendas do concelho e outras dívidas (62).

Acontecia também de os alcaides, que tinham simultaneamente a missão de carcereiros, serem, por vezes, igualmente privados da sua liberdade. Assim aconteceu com Gonçalo Aires que, a 13 de Março de 1631, estava impedido de exercer as suas funções por se encontrar preso na cadeia da Vila, sendo, por isso, substituído por Salvador Dias, (63) o qual, por sua vez, a 20 do mesmo mês e ano se encontra também preso, sendo logo substituído pelo tabelião mais novo (64).

Como já dissemos, além do policiamento, respondia o alcaide pela guarda dos presos. As consequências da sua negligência neste capítulo eram bastante severas, o que o levava a exercer as funções de carcereiro com o maior dos cuidados, não fosse algum fugir e ter de responder por ele. Compreende-se assim perfeitamente a preocupação do alcaide Francisco de Abreu

Lobo que, no ano de 1627, insistia junto da Câmara para que os presos fossem transferidos para a cadeia de Barcelos porque a da Vila estava em ruínas e não oferecia segurança (65).

No entanto, nem sempre os seus cuidados foram suficientes para impedir que os presos se escapassem. João Nunes Preto, por exemplo, que fora eleito a 26 de Julho de 1631, teve de ser substituído por seu pai, a 29 de Outubro do mesmo ano, por ter deixado fugir um preso, tendo ido em sua busca. Para ser reintegrado neste ofício, a 28 de Janeiro de 1632, precisou de apresentar perdão régio (66). Contudo, a 10 de Julho de 1632, ele era novamente substituído, desta vez pelo tabelião mais moderno, também por andar em busca de um preso que lhe fugira (67).

A culpa não devia ser do alcaide, mas sim da casa que servia de cadeia, que era provisória, pois se andava, nesta altura, a construir uma nova (68).

5) Os *Quadrilheiros*

Os quadrilheiros formavam como que uma polícia municipal que tinha por fim evitar os roubos, os crimes, os vadios ou qualquer outra espécie de malfeitores.

Assim, pertencia-lhes informarem-se, se, na área da sua jurisdição (quadrilha), se faziam furtos ou quaisquer outros crimes, de que deveria dar conta ao juiz (69).

Competia-lhes também saber se por lá andavam vadios, ou pessoas de má fama, bem como estrangeiros suspeitos, os quais deveriam prender e levar ao juiz (70).

Outro tanto deviam visitar as estalagens e vendas da sua área para se informarem se eram casas de «alcouce» ou de «taboagem» (72).

Cada quadrilheiro dispunha de vinte homens os quais deviam ter sempre armas preparadas em suas casas para acorrerem a qualquer tumulto (72).

Não encontramos elementos para apurar em quantas quadrilhas estava dividida a Vila, sendo-nos apenas possível poder afirmar que existia, no século XVIII, a quadrilha dos lavradores da qual foi nomeado quadrilheiro, em 15 de Abril de 1617, António Luís (73) e a quadrilha da Rua de Santa Luzia da qual foi nomeado quadrilheiro, em 10 de Fevereiro de 1618, André Gonçalves (74).

Os quadrilheiros eram nomeados pelos oficiais da Câmara e, caso não aceitassem o cargo, sem razão justificativa para tal recusa, podiam ser presos, como aconteceu a Rafael Rodrigues, a 23 de Abril de 1678 (75).

Notas

(1) L. 16 S. — fl. 12.

(2) L.º S. de 1695 — fls. 28 v. e 29.

(3) L.º S. de 1696 — fls. 47 v. a 49.

(4) Viriato Barbosa — A Póvoa de Varzim — Ensaio da História desta vila pp. 24 e 25.

(5) Dicionário Corográfico — «Azurara».

(6) Monsenhor José Augusto Ferreira — Vila do Conde e seu Alfoz, p. 27.

(7) Ver cartas de confirmação das eleições dos oficiais da Câmara insertas nos livros de Sessões da Câmara, referentes ao século XVII.

(8) Ord. Filipinas — Livro I — Título LXVII.

(9) Ord. Filipinas — Livro I — Título LXVII — parágrafo 1.

(10) Ord. Filipinas — Livro I — Título LXVII — parágrafo 3.

(11) Ord. Filipinas — Livro I — Título LXVII — parágrafo 5.

(12) L.º 11 S. — fls. 42 a 44.

(13) L.º 11 S. — fls. 46 v. e 47. As ordenações Filipinas determinam que as chaves do cofre dos pelouros sejam entregues cada uma a um vereador.

Como em Vila do Conde só há dois vereadores, a outra era entregue ao escrivão da Câmara.

(14) L.º 14 S. — fls. 650 e 650 v.

(15) L.º 14 S. — fls. 651 a 653.

(16) Desta mercê que o rei fez ao Duque de Bragança encontramos referência no Livro de Receita e Despesas da Câmara de 1602: «Armação que se fez nas casas da Câmara pra quando se armou pra a posse se dar da villa ao duque de bragança senhor della por sua magestade lha dar com os armadores e pregos E barbante e outras cousas e assim em sedesarmar — 660 rs.» Uma outra referência encontramos no L.º S. — fls. 90, 90 v. e 91: Na sessão de 9-6-1604, Compareceu na Câmara de Vila do Conde o licenciado Domingos de Matos, ouvidor do Duque de Bragança, o qual apresentou ao juiz ordinário da vila, Lourenço de Campos, ao vereador, Manuel Antunes, e ao procurador do concelho, João Álvaro Ramires, 3 provisões do rei, a saber: na 1.ª, era feita ao duque para sempre a mercê «dajurdição desta vila E de todas as mais cousas aella tocantes dejuro

E herdade», na 2.^a, o rei faz mercê ao duque de que os seus corregedores não entrem, dai em diante na vila, para fazerem correição, o que competiria ao ouvidor do duque; na 3.^a dá ao duque o privilégio de passar a prover todos os officios.

Os documentos n.ºs 246, 247, 249 e 250 das «Provas da História Genealógica da Casa Real» referem-se a esta doação.

A doação, doc. n.º 246, foi feita em 30/4/1602, em Valadolid. O documento n.º 247, mercê das jurisdições e datas dos officios de Vila do Conde, é de 2/2/1604. O doc. 249, carta das jurisdições e data dos officios, e o doc. 250, carta dos corregedores, são de 5/3/1604.

(17) Esta conjectura que apresentamos baseia-se nas provisões referidas na nota anterior, interpretando nós apenas uma das provisões, a da correição da Vila, como vitalícia, e as outras, a da jurisdição e a do provimento dos officios, como hereditárias, porquanto ambas são seguidas da expressão «prasempre». Se acaso estas duas últimas fossem vitalícias, seriam seguidas, da expressão «E isto..... Emsua vida delle duque» como acontece em relação ao direito de correição.

(18) L.º 13 S. — fls. 2 e 2 v.

(19) L.º 13 S. — fls. 11 e 11 v.

(20) Já atrás ficou dito que a carta de confirmação das eleições dos officiais da Câmara chegava, às vezes, um pouco tarde. Nesse ano de 1609, os officiais da Câmara de 1608 exerceram as suas funções até 6 de Agosto.

L.º 10 S — fl. 363 — Carta do Duque, comunicando a nomeação do juiz de fora: «Juizes, vreadores, Eprocurador da minha villa de Villa de Conde. Com esta vos mando aElleição dos officiais dessa Cam.ª quehão deservir esteAno prezente, E não vos mando juizes por q'tenho prouido dejuiz defora dessa V.ª E em muy breves dias sera nelle, E tanto seuirá ahy o cargo de juiz, vreador mais velho naforma da ordenação de Villa Vicoza, a 6 de Agosto de 1609.»

(21) L.º 10 S — fl. 376 — «A primeira vreação co'o juiz defora Aos trinta dias domes de dezembro de mil E seis centos E dez (deve tratar-se de um lapso) annos principio do anno do nacimiento do noso sor jesu Cristo de mil E seis centos E dez annos. En VilladeComde nas casas camera forão juntos Em vreação olicenciado mateus peixoto juiz defora q'hora comessa aservir nesta uilla E jacome Carneiro E mateus folgeira vreadores E manoel de saa heredia procurador do C.º pra hordenarem as cousas doseruico ded's E de SuaMag.ª E sua Ex.ª E bem comundo pouo. Gaspar debeça barros Escriuão da Camera por o duque nososor ho escreveuj».

(22) L.º 11 S — fls. 71 a 73 v.

(23) L.º 11 S — fls. 76 v. e 77.

(24) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXV — parágrafo 4.

(25) L.º 14 S — fls. 650 a 687 v.; e L.º 15 S — fls. 1 a 19.

(26) L.º 15 S — fls. 114 a 149 v.

(27) L.º 15 S fl. 462 v. — ...evoltando os mesmos officiais a certificarem da justiça do Requerimento, epello q'mandou od.º D.ºr juiz de Fora, ecomo Presidente da Camera a caza do d.º medico p.ª q'fosse logo ver eaplicar os Remedios...»

(28) Ordenações Filipinas — L.º I — título LXV.

seiscentos oitenta e sette annos, nas cazas da Camara della, manifestei eu escriuão della aordem que tinha para não irem feitos Alguns para a Rellação do Portto sem primeiro serem centencidos na primeira e segunda instancia pellos menistros da Serenissima caza de Bragança e dahi p.ª a ditto Rellação deque fiz este termo; e eu francisco desão pajo privado escriuão da Camara que o escreuj».

(29) L.º 17 S — fl. 440 — «e logo na mesma vereação que foi a quatro de nouembro demil e

(30) L.º S 1695 — fl. 18 v. — «elogo nesta vereação eu escriuão notefiquei ao Doutor francisco Machado botelho juiz de fora desta villa a carta de Sua Magestade enque manda se goardem as doasois da casa debragansa equenão consentise fossem causas algumas deste juízo dogeral desta villa pera Relasão doporto semprimeiro serem sentenciadas emprimeiraesegunda instancia o que daqui não consentise Remeter as appellasois nemagravos senão pera aouvidoria da comarcadebarcellos...»

(31) Orden. Filipinas — L.º I — título LXI — parágrafo 2.

(32) L.º 12 S — fl. 137.

(33) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVI — parágrafo 5.

(34) Ordenações Filipinas — Livro I — LXVI — parágrafo 1.

(35) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVI — parágrafo 2.

(36) Ordenações Filipinas — Livro I — LXVI — parágrafo 3.

(37) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVI — parágrafo.

(38) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVI — parágrafo 11.

(39) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVI — parágrafo 12.

(40) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVI — parágrafo 23.

(41) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVI — parágrafo 24.

(42) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVI — parágrafo 28.

(43) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVI — parágrafo 32.

(44) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVI — parágrafo 40.

(45) L.º 13 S — fls. 398 a 400 v.

(46) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXIX.

(47) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXIX — parágrafo 1.

(48) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXX — parágrafo 2.

(49) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXXI.

(50) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXXI — parágrafo 3.

(51) Pode ver-se isso em muitas actas dos livros de sessões do séc. XVIII.

(52) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXX.

(53) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVIII.

(54) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVIII — parágrafo 4.

(55) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVIII — parágrafo. 9

(56) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXVII — parágrafo. 13 e 14.

(57) Em 1637, por exemplo, foram eleitos para os primeiros três meses: João Peres Velho e Peres Anes Gosteira (Juizes do ano anterior), em 1 de Janeiro — L.º 13 S — fls. 420 a 421. Em 1 de Abril começaram a exercer as funções de almotaceis os vereadores do ano transacto: João Alvares de Azevedo e António Maio L.º 13 S — fls. 447v e 448. Para Julho, Agosto e Setembro foi só escolhido um almotacé, Manuel Fernando Figueira — L.º 135 — fls. 470. Para Outubro, Novembro e Dezembro, também elegeram apenas um almotacé, António Gonçalves — L.º 13 S — fls. 483. Estes dois últimos não haviam exercido qualquer cargo oficial.

(58) Podem confirmar-se estas afirmações nos livros de actas: 10 S — fls. 118 a 120; 11 S fls. 69 e 70, 204v a 207, etc.

(59) L.º 11 S — fls. 90 v e 91 — O provimento de que aqui se fala deve tratar-se da confirmação da eleição, no termo da eleição do alcaide António Furtado, a 14-12-1673, está expresso que, depois de ele, alcaide, prestar juramento apresentará fiança na câmara seguinte «e depois tratava de Recorrer ao Superior para lhe dar provimento na forma ordenada pella Jacz» (L.º 16 S — fls. 197 e 197 v.)

(60) L.º 11 S — fls. 93 e 94.

(61) Deve tratar-se do mesmo Francisco Alvares que esperava provimento da Relação, em 1614.

(62) L.º 13 S — fls. 286 e 286 v.

(63) » » » 19 v a 20 v.

(64) » » » 25 v a 26.

(65) » » » 329

(66) » » » 63 v—65; 80v e 81; 99v a 101 v.

(67) L.º 13 S — fls. 130 v. e 131.

(68) Entre outtas referências à construção da nova cadeia pode ver-se: L.º de Receitas e Despesa de 1632 e L.º 135 fls. 238v e 239. Sobre este problema havemos de tratar em artigo a publicar no «Boletim Cultural da Câmara de Vila do Conde».

(69) Ordenações Filipinas—L.º I título LXXIII parágrafo. 2

(70) Ordenações Filipinas — Livro I — título LXXVIII — parágrafo. 2

(71) Casas do alcance eram casas de prostituição e casas de tabolagem eram casas de jogo.

Ordenações Filipinas — Livro I título LXVIII — parágrafo. 4.

(72) Ord. Filip. — L.º I — título LXXVIII — parágr. 1.

(73) L.º 11 S — fls. 226 v e 227.

(74) L.º 11 S — fls. 297.

(75) L.º 14 S — fol. 31 v.



Reflexões sobre o Natal

1 — Origens

Com o nome poético de Festa do Natal celebra a Igreja católica, em 25 de Dezembro, o nascimento providencial do Homem Deus. Remonta, naturalmente, aos primórdios do cristianismo a história da sua origem. Na Igreja primitiva celebrava-se apenas a Páscoa como comemoração de todo o mistério de Cristo. Pelo séc. III verificamos a tendência de celebrar-se, à parte, o nascimento de Jesus. Porém, foi só durante o século IV que apareceu a solenidade do Natal, símbolo misterioso da luz que Cristo vem derramar. A sua instituição mais do que comemorar um aniversário no sentido estrito fundamenta-se na necessidade de combater as festas pagãs celebradas em Roma. A data de 25 de Dezembro, surgiu certamente inspirado pela ideia de substituir, no próprio dia, a festa pagã *Natalis Invicti* em que se comemorava o nascimento do Sol. O seu aparecimento em Roma, em pleno séc. IV, as alusões explícitas dos Padres ao simbolismo de Cristo Sol de Justiça (Meala 4,2) e luz do Mundo (Jo. 8, 12) não nos permitem duvidar da intenção da

Igreja: Após uma festa cristã à do *Sol invictus*, símbolo da última resistência, do paganismo.

Acresce ainda que a instituição duma festa do Natale Christi no dia do *Natalis Invicti* favorecia extraordinariamente a ideia seiscentista do imperador Constantino. Tendo decretado o descanso do primeiro dia de semana — dia do Sol e dia do Senhor — via agora reunidos uma única celebração anual e no mesmo dia, os fieis de ambos os lados.

2 — O Mistério

Em Jesus podemos considerar três nascimentos.

O *nascimento eterno*, obra do Pai que o gerou pelo conhecimento que tem de próprio Deus, que é a plenitude do ser e do amor, contempla-se desde toda a eternidade, contemplando-se, produz o Verbo, que é seu Filho, distinto dele e contudo perfeitamente a Ele igual. É a sua imagem viva e substancial.

O *nascimento temporal* deu-se em Maria

Santíssima que se tornou Mãe por obra do Espírito Santo.

O nascimento sacramental de Jesus verifica-se no mistério da Eucaristia por obra dos seus ministros, os sacerdotes. Enquanto que Maria, Mãe de Deus, o gerou passível e mortal, em Belém, o sacerdote gera-o impassível e imortal na ara santa.

O Natal comemora o Nascimento Temporal de Jesus em volta do qual gravita toda a história multissecular da humanidade. O Nascimento de Jesus, facto histórico, marca o início do mistério da salvação visto que Cristo começou a merecer para nós desde o primeiro instante da sua existência humana. Demais, o Natal prepara-nos para compreender e viver melhor o mistério pascal aproximando-nos do Filho de Deus feito homem, modelo transcendente da nossa filiação sobrenatural. Por isso, a festa do Natal não é outra coisa mais do que o encontro salvífico com o Cristo total, apresentado aqui em forma de criança: O Menino Deus.

A fé diz-nos que esse Menino é Filho de Deus: a Segunda Pessoa da Santíssima Trindade. São bem claras as palavras de São João:

«No princípio era o Verbo,
e o Verbo estava junto de Deus
e o Verbo era Deus.
Tudo foi feito por Ele
e sem Ele nada foi feito de tudo quanto
tem sido feito.
Nele havia vida,
e esta vida era a luz dos homens.
O Verbo se fez carne
e habitou entre nós.
Nós vimos a sua glória,
a glória que um Filho unigénito recebe
do Pai,
cheio de graça e de verdade» (Jo. 1,1-4;
14)

«Jesus é o esplendor da Glória do Pai». (São Paulo) Portanto, não é luz criada mas esplendor eternamente refulgente da glória do Pai. Assim como o raio não pode destacar-se da luz de que procede, assim o Filho não se separa do Pai e é realmente distinto dele.

... São Mateus explicita: «O nascimento de

Jesus Cristo realizou-se da seguinte maneira: Maria, Sua Mãe, estava desposada com José. Antes de coabitarem, porém, aconteceu que ela concebeu por obra do Espírito Santo. José, seu esposo que era homem de bem, não querendo difamá-la, resolveu deixá-la secretamente. Enquanto assim pensava eis que um anjo do Senhor lhe apareceu em sonhos e lhe disse: José, filho de David, não temas receber Maria por esposa, pois o que nela foi concluído veio do Espírito Santo» (Mt. 1, 18-20).

A essência divina em Jesus ressalta igualmente das palavras do Arcanjo na saudação a Maria: «Conceberás e darás à luz um filho a quem porás o nome de Jesus. Será grande, será chamado Filho do Altíssimo. O Menino que há-de nascer de ti, será santo e será chamado *Filho de Deus*» (Lc. 1, 31-32, 35).

O filho tem a natureza dos pais. Jesus tem a de homem de sua mãe e a de Deus de seu Pai. Ele é ao mesmo tempo Filho de Maria e Filho de Deus. O Deus Humanado.

Aquele Menino é Deus. É um Deus pobre e humilde que se despoja da sua onnipotência e majestade para vir, feito carne — *et verbum caro factum est* — salvar o Homem. Sim, Jesus verdadeiro Deus, é também verdadeiro homem.

A união que nele existe entre a divindade e a humanidade, e que a fé cristã solenemente professa deduz-se igualmente do Evangelho. São Mateus e São Lucas anunciam as raízes de Jesus na humanidade da maneira mais solene e convincente: por meio de uma árvore genealógica (Mt. 1, 1-17; Lc. 3, 23-38).

São Paulo diz que Deus o gerou no sangue de David segundo a carne e formou-o numa mulher: *factum ex muliere* e encarnou no seio numa virgem: Maria de qua natus est Jesus (t. 1, 16).

O Novo Testamento proclama, pois: Aquele que nasceu em Belém é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. A natureza divina e humana uniram-se para formar uma só pessoa: Jesus Cristo. Desta sorte Jesus pode cumprir a sua missão salvadora: satisfazer a uma e reparar a outra.

Perante a grandeza inconfundível deste mistério não podemos deixar de exclamar arrebatados com Santo Agostinho: «Por que razão encarnou o Verbo senão para manifestar-nos o seu amor?» Foi esta aliás,

a resposta que nos deixou São João divinamente inspirado: «Deus tanto amou o mundo que lhe deu o seu Filho Unigénito».

3 — A Lição

A maravilhosa festa do Natal é o princípio da epopeia gigantesca do cristianismo; é a cúpula indubitável das promessas dos profetas feitas enfim realidade.

Transportemo-nos, pois, em pensamento à gente de Belém — encontro sublime do Céu com a terra — e contemplemos. Entre humildes palhas cintila o Facho luminoso, o Deus Menino. Não há ali a púrpura de Salomão franjada de ouro; não estão ali os aromas orientais com o seu inebriante perfume; não se ouvem as edificantes harmonias da harpa de David; não há telas vistosas nem labores nas paredes onde se realizou o Nascimento de Jesus. Há um sorriso de eterna bondade nos lábios da Mãe; um aspecto de humildade e pobreza em tudo quanto envolve o berço do Recém-nascido e um coro de indizíveis melodias, em estrofes nunca ouvidas, a ferir o espaço anunciando aos séculos: «Glória a Deus nas alturas e na terra aos homens paz».

Momento sublime é este a esmaltar de refulgente luz a coroa divina, procurando à humanidade a graça e glória.

No desconforto humilde do Presépio, Deus, sendo Infante, ensina a eloquente lição do *Amor* com o testemunho irresponsável da sua própria vida.

Sentado na cátedra de Belém, esposado com a pobreza, Jesus condena o culto do bezerro de ouro, o uso imoderado da riqueza que, ainda hoje, reproduz a vida aos patrícios romanos, dos potentados do oriente, consumidas em festins voluptuosos.

Ali, Deus não ordena, suplica. Não vem a reinar pelo Senhor, domina pelo amor. Os lábios do Filho de Maria dizem no Presépio: meus filhos dai-me os vossos corações. Ponde os vossos pés nas minhas pegadas. «*Em sou o Caminho, a Verdade, a Vida*».

Está no meio de nós e fez-se Menino para que vendo-O nos elevemos às coisas divinas.

O desejo manifestado por Deus de conquistar o nosso amor deveria forçar-nos a adorá-Lo com entusiasmo e alegria.

Por isso, a Santa Madre Igreja, interpretando os sentimentos do coração humano ordenou as pompas desta solenidade como sinal de respeito imenso. O amor a Deus e aos nossos irmãos são as vestes d'alma que nos tornam dignos e aptos para a celebração deste mistério. São condição imprescindível para que possamos viver a vida exemplificada por Jesus. Como verdadeiro homem Ele é o protótipo da submissão da liberdade humana à vontade divina. É o modelo adequado às nossas forças e o objecto proporcionado à nossa esperança. Imitá-lo é conformar-se com Deus, viver nele ser deificado. A fé no amor de Deus feito homem será princípio e garantia da nossa felicidade.

«Felicidade, Plenitude de Vida, Certeza da Verdade, Revelação de Bondade e de Amor, Esperança que não se desvanece — numa palavra: a salvação que o Homem aspira — é finalmente concedida, está à nossa disposição, e tem um nome, um nome apenas:

Jesus Cristo. Ele é a nossa felicidade e a nossa Paz, porque é o nosso Salvador.» (Paulo VI, Natal de 1967).

Pe. Abílio Mariz

ELECTRO FLAR

Flávio Ferreira da Costa

Agente oficial das Baterias

TUDOR-CROUM

FENSA ELECTRO SERVIÇO
COMPRA E VENDA DE AUTOMÓVEIS

**Peças e
Acessórios**



**Cargas de
Baterias**

Rua Dr. Manuel Pais

Telefone 82872

BARCELOS

GARAÇEM MACHADO

B. P.

agente

FIAT

de *Emílio Teixeira Machado*

REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS

Telefone 82466

BARCELOS

POLUIÇÃO

Por RODRIGO CAMPOS

(7.º Ano)

Ansia desgovernada de vencer e progredir, e num século ameaça ruir um edifício que levou milhões de anos a pôr de pé nos seus mais ínfimos pormenores. Realmente um século bastou para que um absurdo se tornasse numa ameaçadora realidade. O homem pensou, descobriu, pôs em prática os seus projectos e esqueceu que, para além dele, algo de muito importante, mesmo mais importante do que ele, existia. Esqueceu que a Natureza o cercava, que pertencia a essa mesma natureza. Deixou-se arrastar para uma situação que felizmente ainda não é de todo irreparável, se ele se decidir quanto antes a remediar os seus erros e a não voltar a cometer nenhum deles.

Não pretendo ser fatalista nem pessimista, mas o que é facto é que esta situação existe. Devemos preservar a Natureza porque afinal estamos a preservar-nos a nós próprios. É evidente que esta luta não poderá ser uma luta radical, tudo se concentra num problema de base. Devem ser criadas as infraestruturas que permitam uma luta consciente neste sentido, no sentido da preservação daquilo que mais belo cerca o homem, daquilo que mais eternamente o seduz. A poluição deve ser reduzida ao mínimo, de modo a que acabem as atmosferas irrespiráveis das grandes metrópoles industriais, de modo que volte a haver peixes nos rios onde hoje apenas se vêem óleos e produtos químicos altamente mortíferos, de modo que as águas dos rios readquiram a sua beleza natural, para que enfim o mar continue a ser um viveiro de vida e de saúde. É que hoje em dia as chaminés por onde as grandes fábricas expõem os seus produtos altamente tóxicos, provenientes de combustões ou reacções químicas variadas, tendem a tornar irrespirável a camada atmosférica atingida por esses produtos. E irrespirável

não só para o homem mas também para animais e plantas que começam a desaparecer dessas regiões agravando ainda mais as condições de quem nelas é obrigado a viver. Este tipo de poluição é talvez o mais perigoso, não só pelas razões apontadas mas também porque tende a crescer vertiginosamente de dia para dia. O progresso não permite paragens. A vida actual não cessa de exigir mais e mais e não se pode parar porque outros nos ultrapassam e hoje em dia a dianteira é primordial. E é nesta correria louca, que ninguém sabe onde vai parar, que todos ou quase todos se esquecem que não é só isso que interessa, que para além disso há algo mais.

Mas não são só as fábricas que alimentam este estado de coisas. Para além delas há muita outra coisa que contribui de forma mais ou menos intensa. Sejam automóveis e todo o sistema de transportes terrestres que dos seus motores lançam para a atmosfera os produtos das combustões que neles se verificam, sejam os aviões ou os navios, enfim uma infinidade de elementos que descontroladamente vão alterando a atmosfera terrestre.

Porém a poluição não se limita à atmosfera. Também as águas sentem já os seus efeitos. Os rios que atravessam zonas industrializadas têm quase sempre, senão sempre, um aspecto bastante alterado e nas suas águas a vida deixou de existir. A sua fauna foi simplesmente anulada por sucessivas invasões de verdadeiro veneno que não poupou as suas vidas. A fauna desapareceu e a beleza de um rio, das suas margens, que anteriormente eram como vida, tornam-se num possível monumento à morte, monumento ao esquecimento. Até o mar, sumptuoso, altivo, senhor dos seus domínios, sofre já os efeitos de um fenómeno que não deixa ninguém alheio. O mar, de quem

tudo se espera para o futuro, não pode fugir ao fatalismo deste elemento. As marés negras mataram já milhares e milhares de peixes e aves marinhas, apanhadas nas suas mortíferas caminhadas até às praias, que deixam na mais lastimosa das situações.

Tudo isto porque o homem, ser insatisfeito, não quer ceder, não quer admitir seus erros e continua. Devemo-nos unir todos num esforço comum para que este planeta que tanto amamos, continue a ser aquela fonte de beleza, de amor, de vida, enfim que seja aquilo que todos no fundo desejamos. Não pretendemos eliminar as fábricas, acabar com os automóveis, imobilizar os navios nos portos ou fechar os aeroportos; pretendemos sim remediar o que foi feito, mas remediá-lo de uma maneira razoável. Muitas das fontes de poluição seriam facilmente eliminadas se houvesse, da parte dos organismos competentes uma verdadeira consciencialização dos perigos que estão a fomentar. Outros casos há em que, embora a eliminação fosse de todo impossível, pelo menos a redução seria francamente possível, o que seria mais uma vitória nesta batalha de todos. E mesmo

para os casos actualmente irremediáveis, os governos podiam juntar subsídios para investigação científica de novos processos que eliminassem esses mesmos veículos de poluição. Porque tantas verbas se gastam em guerras fúteis e desnecessárias onde as grandes potências mundiais medem forças em mesas que não as suas, essas mesmas verbas empregues em fins mais humanos decerto trariam progresso ao actual estado de coisas. Temos que pensar honestamente neste assunto, e cada qual deve tomar consciência da quota parte que lhe cabe nesta luta de protecção do homem e da natureza. E na protecção da natureza não devemos esquecer que um animal é uma vida, assim como uma planta. Devemos combater o derrube desordenado e injustificado de árvores, porque também elas são parte de vida. Podemos sacrificar a natureza ao homem enquanto esse sacrifício não é um sacrifício à própria morte.

Talvez um dia o homem descubra um planeta com condições ideais, para onde ele se possa transferir. No entanto, até lá devemos tratar bem este velho e belo planeta que nos acolhe.

ISADORA DUNCAN

Nascida em 1878, em S. Francisco, Califórnia, Isadora Duncan foi sem dúvida alguma, uma bailarina extraordinária.

Criada num ambiente artístico, começou desde muito nova a mostrar grandes aptidões para a dança, chegando ainda em criança a idealizar e a realizar, de colaboração com os seus irmãos, espéctáculos infantis.

Um dos seus irmãos, Raimundo, que revelara grande originalidade na criação estética de movimentos, influíu muito na formação da sua personalidade coreográfica.

Fugindo ao ballet tradicional, Isadora Duncan criou uma dança diferente, humana, caracterizada por uma revolta contra a sociedade, os seus preconceitos mesquinhos e as suas leis estéreis. Isto na opinião dela.

Essa revolta traduzia-a na vida, obedecendo unicamente às suas paixões e aos seus sonhos. Mas principalmente traduzia-a na dança.

Na América os seus recitais provocavam escândalo, devido à maneira como dançava e à maneira como se apresentava (pés nus e vestindo somente uma túnica grega), e assim virou as costas ao seu país natal e partiu para a Europa onde foi recebida pelo público, de braços abertos.

Aí se entregou sem entraves a improvisações geniais, a entusiasmos, aventuras e divertimentos. Aí também, fundou diversas escolas de dança, nas quais que mais pedia às suas alunas era que estudassem a natureza e que procurassem depois exprimi-la com os corpos. Pretendia que o corpo, de

que ela tinha o culto, imitasse com os seus movimentos ondulantes, o mar, o vento, as nuvens. Procurava que a técnica derivasse só do ritmo do coração. E foi por isso que o seu ballet foi tão extraordinário. Mas era estranho, tão estranho que ela, tentando uma vez explicar a uma aluna uma dança, acabou por dizer: «como é estranho: criei-a e posso dança-la, mas não a posso ensinar». Na verdade o seu ideal dançado ensinou-o sobretudo pelo exemplo.

Isadora dizia: «eu não inventei a dança. Já existia antes de mim, mas estava adormecida e eu acordei-a».

A sua personalidade incomum fez com que tivesse uma vida agitada e irregular.

Embora tivesse tido várias aventuras, só se casou uma vez, com o poeta russo Sérgio Essemim, do qual se veio a divorciar.

Teve também 2 filhos que morreram num desastre. Foi este talvez um dos golpes mais duros que recebeu.

Como ela própria dizia, os acontecimentos mais importantes da sua vida tinham-se passado todos à beira-mar. E foi a beira-mar que se deu o mais trágico de todos: a sua morte. Num passeio de descapotável, a écharpe que trazia ao pescoço prendeu-se a uma roda do carro estrangulando-a.

Teve um fim que condiz com a sua vida e com a sua personalidade: diferente e trágico. Foi essa diferença, foi esse seu carácter que fez dela uma grande bailarina.

Manuela Arantes

Aqui fala-se de... Jazz!

ASPECTO RÍTMICO

Por EDGAR DA G. COELHO
(6.º ano)

O ritmo regular do jazz evoluiu a partir de meados de 1950 para um desmembramento total. É com Danny Ritchmond que começa a estética da catástrofe. Com ele assistimos à participação da bateria nessa desagregação que sublinha o ritmo por sugestão.

O jazz começou por ser uma expressão sonora dos negros americanos, vindo contudo a abandonar este espaço de origem para começar a florescer na Europa.

Não é, porém, na repercussão nem no desenvolvimento do jazz além E. U. A. que me vou debruçar, mas vou tentar focar o seu aspecto rítmico. No último trabalho, apenas dei uma ideia muito geral e superficial do que era ou podia ser o jazz e porquê a sua existência.

Desde a data apontada como a do seu nascimento, as evoluções que o jazz sofreu não terão sido mais do que simples evoluções estilísticas, mantendo-se, todavia, aquilo que era a sua essência.

Procurando a essência do jazz, com relativa facilidade chegaremos aos seus elementos constitutivos.

Da combinação, infinitamente variável, dos elementos constitutivos surgirá, sem dúvida, aquele fenómeno denominado jazz.

Baseado na opinião de um crítico responsável, Joachim Ernst Berendt, aponto em seguida quais os elementos mais convincentes:

1.º—O elemento rítmico.

2.º—A improvisação (em todas as suas formas).

3.º—O tratamento da matéria sonora (em moldes também específicos).

Como disse atrás, a associação simples ou complexa destes (pelo menos) elementos dá-nos um ritmo—o jazz.

Devido às suas origens e natureza africanas, o jazz apresenta características rítmicas notoriamente diversas das da música de tradição europeia. No continente europeu sempre se deu prevalência aos elementos melódicos e harmónicos, deixando a própria influência dos tempos para um plano mais baixo e conseqüentemente secundário. Efectivamente, o mesmo não sucedeu com o jazz, pois utilizou sempre o elemento rítmico com relevo e, até, a complexidade doutras formas de cultura, exigindo assim uma maior compreensão.

Ao referirmos a africanidade do jazz, não podemos esquecer, também, que ele é, significativamente um produto cultural misto da colonização e da cultura autóctone. Assim, reflectindo e analisando a música de África que permaneceu (em certos lugares ainda permanece) impermeável às influências europeias, podemos surpreender-nos ao verificar certas características, como a utilização da polirritmia de origem oriental e duma rica complexidade.

Estas características foram aparentemente desconhecidas no jazz que conhecemos e que data dos tempos de New Orleans, até ao surgir do Be-Bop, nos anos 40.

Só, pois, modernamente, e através de uma nítida evolução sócio-política, volta-

ALARMEE!

Por EVA MARIA M. MIRANDA
(3.º ano)

POLUIÇÃO! SUJIDADE! LIXO!

Tudo sinónimos duma palavra que nos causa náuseas.

Embora ouça habitualmente falar deste tema, nunca me tinha apercebido verdadeiramente dele. E, no entanto, diariamente observava o rio, cuja areia brilhava como um espelho ao Sol, e que agora está escura, coberta de lixo.

O rio tão azul, tão límpido, está sujo, feio, sem brilho.

E quando em casa revejo esse panorama e me lembro que bebo água desse rio tão sujo, e nela me banho, sinto-me mal.

Mas não é só isso. E os peixes que o povoam? Quando penso que eles morrem dizimados por esse montão de sujidade sinto em mim o desespero de quem não pode fazer nada.

ram a encontrar-se formas de cultura que, a partir de um certo momento, tinham seguido caminhos diferentes. Estas formas de cultura foram, apenas, encontradas numa mais ampla acepção.

«Foi uma verdadeira revelação porque não havia diferença entre a sua música e a minha. O ritmo é o mesmo, é negro.» Declaração de Archie Shepp (saxofonista da vanguarda da «New Thing») quando de uma digressão por África.

Em toda uma época da história do jazz, que vai, portanto, até ao advento da segunda grande guerra, verificamos que a construção musical de raiz europeia exerceu uma influência muito importante neste aspecto, impondo à música afro-americana

uma regularidade e unidade rítmicas desprezadas em África.

No entanto, quer pela maneira como era adaptada essa unidade ou essa regularidade, quer pela força e dimensão dadas pelas marcações dos tempos do compasso, bem longe se manteve sempre o jazz de todas as formas musicais europeias. A adaptação à unidade nunca chegou a ser total e a regularidade foi sempre ameaçada pelo «Swing».

Da combinação e associação de todas as influências rítmicas nasceu, para além do jazz, o fenómeno de comunicação na linguagem mais radicalmente humana da música afro-americana.

Juventude de hoje

Por José Lemos

(6.º Ano)

Um dos maiores problemas que hoje nos apoquetam, é sem dúvida a juventude.

Quem a examinar superficialmente poderá condenar-lhe todos os actos e reprimir todas as suas atitudes. Mas, se analisar bem os factos e ponderar bem em determinados factores, chegará à conclusão de que nem sempre a poderá condenar. O jovem quando começa a contactar com a sociedade, tem um impacto violento se para isso não estiver preparado. Assim, a sua primeira reacção será julgar este mundo perdido. Ele ver-se-à rodeado de problemas de todo o género: guerra, fome, poluição, injustiças, enfim um sem números de coisas que o atormentarão. Tal como acordado de sobressalto, ele tentará um refúgio e, como via normal, esse refúgio será o seu lar, pois ainda recorda as horas inocentes da sua infância.

Quando nesses lares imperar a justiça, compreensão, bem estar, harmonia, moralidade, tudo correrá bem, mas o pior é se estas condições são esquecidas pelos pais. O sentimento de revolta começará a despontar rapidamente no jovem, e muito naturalmente, procurará um mundo que ele na sua inocência, concebe como um mundo ideal.

Encontrará mais jovens nas mesmas circunstâncias, aos quais se junta, originando assim associações de toda a espécie. Destas podemos salientar uma que actualmente está a dar muito que falar, a dos «hyppies».

Há quem os critique, e eu não me proponho defendê-los nem atacá-los. Simplesmente sei que há dois grupos distintos: — o dos «hyppies» propriamente ditos e o dos renegados. No primeiro vamos encontrar pessoas que pela sua cultura temos de considerar válidas — médicos, advogados, engenheiros, enfim, pessoas que talvez pudessem lutar por um mundo melhor; mas no segundo, quem vamos encontrar? — Os preguiçosos, os incapazes de qualquer coisa útil na vida, os que em vez de resolver problemas que se lhes deparem, criam-nos.

Querem-se impôr perante a sociedade pelos seus grandes cabelos sujos e pelas suas vestes extravagantes. Não me parece contudo que dessa maneira consigam seja o que fôr, a não ser que a sociedade os repudie cada vez mais.

Talvez por se sentirem repudiados procuram na droga um «Mundo Novo» cheio de felicidade, felicidade inconsequente, e fictícia.

É para estes que eu apelo à boa compreensão dos responsáveis e à boa vontade dos mais lúcidos.

Ajudemos todos — e todos serão poucos — a construir um mundo melhor, aquele mundo que em pequenos idealizámos — repleto de felicidade, harmonia, compreensão, enfim, em que cada um dê um pouco do seu contributo para que o mal seja aniquilado pelo bem.

Conceito de poesia através da cantiga de amor

Por MARIA DA PIEDADE

(7.º Ano)

A cantiga de amor trovadoresca aparece no séc. XI ou XII. Numa tentativa de explicação para este fenómeno trovadoresco, os autores falam-nos num movimento que representa em última análise uma deslocação da cultura, facilitada pelas condições sociais em que vivia a sociedade Francesa do Sul nessa época.

O amor trovadoresco não é mais que um fingimento, mais um produto de inteligência e imaginação do que de sensibilidade, podendo chamar-se-lhe um jogo intelectual e enigmático em que o trovador se compraz para que se evidencie a divisória que existe entre o artista e o homem.

A nossa cantiga de amor, que directa ou indirectamente foi atingida pelo provençalismo, apesar do seu subjectivismo e intimismo não deixa de ser um jogo intelectual; mas o amor aqui é uma súplica apaixonadamente triste. Não há nada que exprima tão bem essa característica de fervor como a repetição do apelo.

Tu, que ora vês de Monte-Mayor,
tu, que ora vês de Monte-Mayor
digas-me mandado de mha senhor,
digas-me mandado de mha senhor
ca, se eu seu mandado
non uyr, trist' e coyado
serey, e gram pecado
fara, se me non ual
ca en tal ora nado
foy que, mao pecado
amo-a endoado
e nunca eud' ouuj al.
Tu, que ora uiste os olhos seus,
tu que ora uiste os olhos seus
digas-me mandado d'ela, por Deus

Isto dá à cantiga de amor um cunho de obsessão e monotomia pungente, que resultaria fastidiosa se fosse desenrolada em mais de 3 ou 4 estropes.

A nossa estética é dependente da dos Provençais, mesmo os nossos trovadores o reconhecem. Este passo de uma cantiga de D. Dinis denuncia o artificialismo da canção provençal, a sua insinceridade, comparada com a «mortal perdição de amor» da nossa cantiga:

Proenções soen mui ben trosar
e dizem eles que é cõ amor;
mays os que trobam no tẽpo da frol
e non en outro, sey eu ben que non
am tam gram coyta no seu coraçõ
qual m'eu per mha senhor ueio leuar...

Esta cantiga, além de denunciar o artificialismo, alude a dois elementos, a descrição primaveril e a descrição das qualidades da dona. Mas a nossa cantiga não conhece o primeiro elemento, repugna ao que carácter subjectivo e ao seu intimismo esse enfeite de estilo. O artista Galego-Português, arrasado nos tumultos do coração, não tem olhos para disfrutar a natureza exterior: «Ninguém pode olhar as flores com os olhos embaciados de lágrimas», como já alguém disse.

Esta cantiga de amor tem um grande valor psicológico devido ao seu subjectivismo, ao gosto do poeta pela análise interior e ao ardor de emoção. É aqui pela primeira vez que se pretende conciliar o mundo das formas com os ímpetos da sensibilidade.

Reportagens e comentários

Criação da Comissão Municipal de Juventude e Desportos

A necessidade de executar uma política de juventude, traçada com o objectivo de promover uma sempre mais fácil e equilibrada integração dos jovens na vida colectiva, implica a criação de um departamento que, revestindo as características de «serviço para a juventude» e colaborando nesta tarefa com a escola e a família, promova a ocupação dos tempos livres da gente nova, com o intuito de lhe faltar ocupação simultaneamente recreativa, esclarecedora e formativa.

Resolveu, assim, o Governo criar no Ministério da Educação Nacional um Secretariado para a Juventude, instituto público e autónomo que — em colaboração com os outros departamentos da Administração directamente relacionados com problemas juvenis apoiará as actividades que pela sua natureza o mereçam, quer se desenvolvessem por iniciativa pública, quer por iniciativa privada.

No exercício das suas amplas atribuições, o Secretariado para a Juventude ficará não só com a faculdade de promover a criação de centros de juventude, mas também com a de estabelecer contactos — para os apoiar com os organismos e movimentos juvenis privados que, até hoje, só esporadicamente têm estabelecido relações de colaboração com a administração pública.

Para a dinamização dos seus próprios centros e para a dos referidos organismos e movimentos o Secretariado organizará actividade a nível regional e nacional. Toda

a acção do novo serviço visará, em suma, estimular o espírito de iniciativa da juventude e a sua participação interessada e consciente na tarefa formativa e cultural que, em clima do diálogo esclarecedor, se pretende levar a efeito. (Diário do Governo — Decreto-Lei n.º 446-71 de 25 de Outubro)

Com o mesmo propósito de tornar os jovens conscientes e responsáveis por qualquer assunto que lhes disperse interesse ou curiosidade o Sr. Presidente da Câmara de Barcelos, Dr. Vasco de Faria, pedia em proposta feita à Câmara Municipal, a criação de uma Comissão Municipal de Juventude e Desportos. Várias causas motivaram a sua criação, mas a principal era a necessidade em interessar a juventude barcelense de forma efectiva e com clara consciência na comunhão dos anseios e preocupações na gerência das coisas municipais.

Barcelos possui já o seu maravilhoso pavilhão gimnodesportivo onde os jovens atletas podem adquirir nas melhores condições toda uma capacidade física e técnica, essencial à prática de qualquer desporto, principalmente a uma competição desportiva. Há uns anos atrás e a construção do pavilhão gimnodesportivo era ainda um sonho e chegámos, muitas vezes, a participar em desafios de andebol (apuramento da equipa campeã regional que iria participar nos campeonatos distritais da Mocidade Portuguesa), jogados à chuva e ao vento e sem luz, sofrendo com isto as necessárias consequências — constipações, gripes, além claro está de uma má prática do desporto em causa.

Uma adega, poeirenta e velha, chamada

impròpriamente ginásio servia-nos de local, para aí fazermos a nossa preparação física. Mas o que lá vai lá vai e voltemos às realidades porque do passado ninguém deve viver.

Barcelos tem o seu pavilhão gimnodesportivo que espera que toda a população, pobres ou ricos, estudantes ou não, velhos ou novos, pisem o seu taco. Possuiu ainda Barcelos uma piscina em vias de conclusão. Concluída a construção do tanque-piscina, pròpriamente dito, vão prosseguir os trabalhos complementares como sejam o arranjo do local, pavimentação, bancada, iluminação, vestiários, acesso à piscina e cobertura amovível além de outros pormenores que a seu tempo se verá. Este empreendimento deverá inaugurar-se no decorrer do novo ano que se aproxima.

A Comissão Municipal da Juventude e Desportos que tem uma função meramente consultiva, compete-lhe sugerir e dar parecer sobre as questões relativas à administração, utilização e conservação do património desportivo municipal e sobre os demais assuntos que directamente se prendem com a juventude de modo específico a cultura física. A Comissão é composta dos elementos que a seguir vou referir já que todos os graus de ensino e os grupos desportivos não podem ser esquecidos. (palavras do Dr. Vasco de Faria aquando da proposta à Câmara Municipal).

- A) Presidente (um Vereador).
- B) Dois estudantes do Liceu, sendo obrigatoriamente uma aluna.
- C) Dois estudantes da Escola Técnica, sendo obrigatoriamente uma aluna.
- D) Três professores de Educação Física (um de cada estabelecimento de ensino, devendo um deles ser do sexo feminino).
- E) Dois professores primários (masculino e feminino).
- F) Cinco delegados dos clubes desportivos do concelho de Barcelos, indicados pelos clubes filiados.

Esta Comissão reunirá obrigatoriamente todos os meses e extraordinariamente sempre que o Presidente da Câmara ou o Vereador-Presidente a convoque ou sempre que dois

dos seus membros o requeeressem ao Vereador-Presidente.

Ao terminar a proposta feita à Câmara o Ex.^{mo} Sr. Presidente, Sr. Dr. Vasco de Faria, referiu-se a determinada altura.

Senhores Vereadores:

Pensamos ser inédita tal comissão, mas temos bem presente a importância e o interesse que há, em ouvir a voz da Juventude, para nos ajudar na resolução dos cada vez mais complexos problemas com que se debate a administração municipal, que, aliás, como já amiudadas vezes o tenho dito, terá que ser uma obra de todos.

Que a experiência resulte, e, não tenho razões para o duvidar, eis o nosso voto.

Já lá vão passados cerca de três meses após a criação da Comissão Municipal da Juventude e Desportos e o Pavilhão gimnodesportivo já começou a funcionar. Milhares de estudantes fazem aí a sua preparação física e a população barcelense pode e deve utilizar o seu pavilhão Gimnodesportivo.

Muito mais há ainda a esperar desta comissão já que é composta por indivíduos capazes e responsáveis que podem contribuir para modificar o nulo existente, quanto ao aspecto cultural e até desportivo na população barcelense.

Em conclusão desta reportagem sobre a criação da Comissão Municipal da Juventude e Desportos resolvi ouvir um dos seus membros.

Chama-se Maria Dilara Alves, e, frequenta o curso de germânicas no Liceu Nacional de Barcelos.

O que pensa da criação desta comissão?

— Penso que a criação da Comissão Municipal da Juventude e Desportos foi realmente um passo em frente que possibilitará certamente novos horizontes à actividade desportiva e cultural barcelense. Assim, com o auxílio desta comissão já em vigor, o desporto aliado às suas benéficas consequências pode mais facilmente ser praticado.

Estas duas actividades (estudante e atleta) podem coordenar-se?

— A actividade desportiva pode e deve até coordenar-se com a de carácter intelectual, precisamente porque para uma vida totalmente realizada há necessidade além, de um desenvolvimento intelectual, de um

de ordem física. Além disso estão condicionados, pois para um melhor alargamento das faculdades do espírito tem de haver necessariamente um desenvolvimento físico?

Acha que os jovens, nomeadamente a mulher, devem participar e colaborar, com a Câmara Municipal, na gerência das coisas municipais?

— Como membro participante da Comissão da Juventude e Desportos penso que os jovens devem dar o seu voto, pois todo esse mundo a que a comissão dá azo, diz respeito principalmente à juventude. Aliás os jovens, nomeadamente a mulher, devem participar juntamente com a Câmara Municipal nessas actividades, pois como elementos integrativos do Município devem fazer ouvir também a sua voz para que a Câmara tenha em conta os seus objectivos.

Futebol

Realizou-se no dia 27 de Novembro no campo Adelino Ribeiro Novo e perante diminuta assistência um desafio de futebol entre as equipas do Liceu de Barcelos (finalistas) e a Escola Técnica (finalistas).

No final o score era de 11-0 favorável aos finalistas do Liceu já que evidenciaram no decorrer do jogo, melhor preparação física, técnica e até tática.

Durante a primeira metade do desafio o jogo foi equilibrado, se bem que os finalistas do liceu quando atacassem, faziam-no com mais decisão e clareza.

Na segunda parte assistiu-se a um constante assédio dos finalistas do liceu às redes adversárias e a consequente perturbação da defesa dos mesmos. A equipa do liceu

na qual jogaram três alunos que não eram finalistas alinhou:

José Pereira; Rogério, Zé Tone, Tone Corrêa e Berto (Frias); Cândido e Carlos; Victor, Rodrigo (cap.), Fins e Bessa.

Prova de Perícia Automóvel

Organizada pelos finalistas do Liceu de Barcelos realizar-se-á no dia 15 de Janeiro uma prova de perícia automóvel que se designará «1.ª TAÇA DE OURO DOS FINALISTAS DO LICEU DE BARCELOS» e onde certamente vão participar os melhores volantes nacionais.

Fazemos um apelo a todas as firmas e casas comerciais para que se dignem oferecer uma valiosa taça, a quem nós desde já agradecemos e apresentamos as nossas melhores saudações académicas. Não deixem pois de marcar encontro na rua Cândido Cunha para assistirem a este magnífico espectáculo. E, para já, fixem o slogan «Ajudando os finalistas do Liceu de Barcelos estão a contribuir para o progresso cultural da própria cidade».

Torneio de Voleibol Inter-turmas

Os alunos do liceu vão organizar um torneio de voleibol inter-turmas que terá início no 2.º período. As inscrições encontram-se abertas e a equipa que ficar em primeiro lugar receberá medalhas.

Campeonato da Mocidade Portuguesa

Está prestes a terminar o defeso e procede-se agora à preparação das equipas (iniciados, juvenis e juniores) que vão disputar, na época que se aproxima, os Campeonatos da M. P. em diversas modalidades.

Felicidades e óptimos resultados.

NOTICIÁRIO

- Reportagens
- Entrevistas

Por J. A. PEREIRA

Seria totalmente absurdo se um dos factos mais marcantes da existência do Liceu não merecesse a nossa atenção e respectivo registo. Assim, foi com enorme prazer que (finalmente) recebemos a feliz notícia da passagem do nosso Liceu a Nacional. Realmente foi um acontecimento a todos os títulos importante e que sem dúvida constituía uma necessidade premente, dada a dimensão e amplitude do burgo barcelense. O Liceu de Barcelos que até aqui foi elemento tutelar do Liceu Sá de Miranda, abandonou essa subordinação para se transformar num estabelecimento de ensino autónomo. É com bastos motivos de orgulho e satisfação que todos os barcelenses poderão dizer que o seu órgão de ensino mais representativo é indubitavelmente o Liceu Nacional de Barcelos.



Como é do conhecimento geral, realizou-se no passado dia 20 de Novembro o Baile dos alunos do 7.º ano, integrado nas Festas dos Finalistas.

Não se poderá dizer que foi um êxito retumbante, mas o certo é que o ambiente, tanto interno como externo, não desagradou, embora as vantagens financeiras não fossem grandes. Certamente se esperava mais, pois o trabalho desenvolvido foi imenso e as compensações foram mínimas.

Aliás está mais que provado que em Barcelos é extremamente difícil levar a bom termo organizações deste género. O público barcelense que nos perdoe, mas o certo é que não se acha suficientemente mentalizado para corresponder a iniciativas deste calibre, não se encontrando justificação aparente para tal facto, dado que o agregado populacional da nossa cidade atinge um nível qualitativo bastante elevado. Inclusive não se verificou grande interesse na camada jovem que costuma aderir integralmente a este tipo de realizações. Haverá algum inconveniente, em ser o Liceu a fazer algo de aproveitável dentro do nível da cidade? Será que não é no Liceu que estuda o filho do Sr. Dr.... ou o filho do mais humilde e pobre agricultor? Será que o Liceu não é de todos e para todos? Ou será que, o que é mais grave, há má vontade com os alunos do Liceu? Penso eu, pensamos nós que tais suposições são absurdas e não ousamos acreditar tal coisa. Mas então, dúvidas desalentadoras nos invadem, pois precisamos da colaboração imprescindível de todos os bons barcelenses.

Como apontamento final resta dizer que o Baile em si atingiu uma bitola razoável e, como já disse, embora não fossem grandes os lucros, o nosso objectivo foi quase totalmente atingido, dado que para além do dinheiro interessava sobremaneira um franco convívio e um sincero calor juvenil.

Futuro e vocações

Quando olhamos para o futuro depara-se-nos sempre uma tarefa que pede de nós uma resposta positiva e generosa, mas são tantos os caminhos que se abrem diante de nós, raparigas que nos sentimos titubeantes e por vezes não sabemos bem qual devemos tomar. A vida de amanhã aparece-nos como uma coisa enigmática, bela e grave para o qual é exigido o emprego de todas as nossas forças e por isso sentimo-nos ao mesmo tempo audaciosas e tímidas, confiantes e receosas. Outro motivo que nos leva a hesitar é ser-nos exigida uma grande responsabilidade: a de escolher. Sabemos que estas escolhas são decisivas, pois a nossa vida vai depender delas e isso amedronta-nos, mas, à medida que se afirma a nossa

personalidade, tomamos consciência das nossas aptidões e dons naturais e notamos que temos vocação para esta ou aquela tarefa, mas quantas e quantas vezes, por dificuldades monetárias, uma carreira que podia ter sido brilhante é atrofiada logo no seu início. Um pintor para dar provas do seu talento necessita de uma tela! Assim, a vocação pode desenvolver-se até à sublimidade, caso o campo de acção lhe seja propício ou, contrariamente, descer até à frustração, estiolar como pétola caída num deserto, se o campo de acção não lhe der condições de desenvolvimento.

Mas o homem é que faz o mundo e por isso a esperança é a última coisa que se perde.

A MASCARA

Era feia, mas ficava-te bem. Assim andaste e com o tempo:

— Floriram as flores silvestres dos prados e tu sorriste-lhe e quiseste torna-la flor.

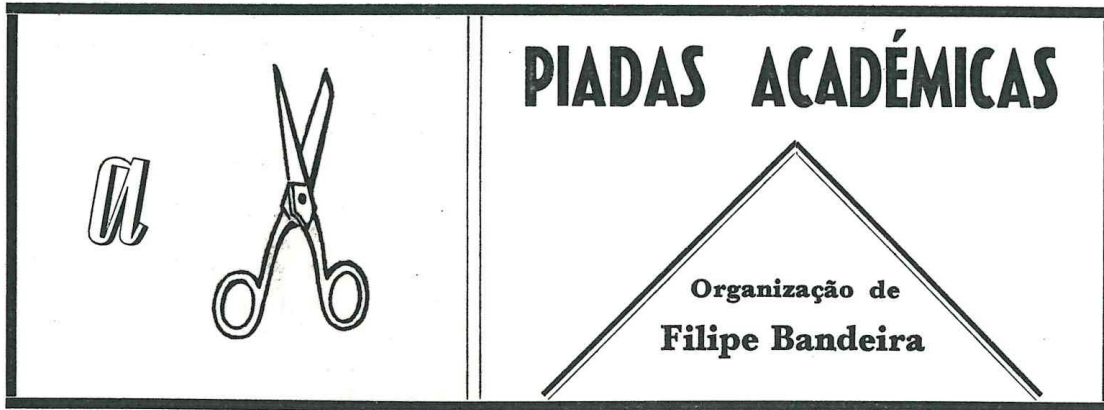
— Cresceram os frutos e tu pintaste-a.

— Amareleceram as folhas e deixaste de gostar da pintura, porque, erradamente, pensavas que se desbotava. Contudo, não foi com a pintura que antipalizaste, mas sim, havias visto outra máscara com uma cor viva que te saltara à vista e, não resistindo à tentação, colocaste-a sobre a que tinhas.

— Cairam as folhas e com elas caiu a máscara que tinhas colocado sobre a primeira. Repuseste-a pensando que podias fazer renascer o passado. Foste-te ver ao espelho e reparaste que a máscara primitiva estava branca. Já nem a pintura que ela havia antes de a colorires de novo! Tinha-se perdido. Quiseste tirar a máscara e lançá-la nas brumas. Porém, ela estava bem presa e não saía.

Passaram-se anos durante os quais te vias constantemente ao espelho. Um dia, porém, ao veres que ela não saía jamais, morreste.

De ti só se aproveitou a
máscara



3.º Ano

LITA — Easy Rider.
 RUCA — Ai que vergonha!!!
 LITA — Vem aí uma mota. Aonde? Aonde?
 RUCA — Para me prenderem, só de Correia.
 TERESA DELGADO — (H)umberto, dois Bertos...
 RUCA — Pois, pois, J. Correia.
 RUCA — Deixem-me, estou no meu ambiente.
 RUCA — Ninfa do Cávado.

4.º Ano

MANUELA A. — A mulher célebre!
 BERTA — Eu Leio, tu Lês, ele Lê, nós Lemos...
 ISABEL — Aberta a caça ao Coelho.
 ZÉ NOVAIS MACHADO — Tá lá? É do Porto?
 ZÉ NOVAIS MACHADO — Ó Zé, aperta o laço.
 ZÉ NOVAIS MACHADO — Já foste ao Aero...Porto?
 MANUELA A. — Ai que RRR...aiva!
 ISABEL — Qual o teu herói preferido? Vasco da Gama!
 MANUELA A. — Nem de pena me SAFO.
 MANUELA A. — Não é preciso microfone!
 BERTA — Não vale a pena...
 CONCEIÇÃO NEIVA — Já meti uma Cunha!
 BERTA — Eu gosto muito da Torralta.
 MANUELA A. — São mesmo crianças...
 ZÉ NOVAIS MACHADO — Poetisa lírica.
 MANUELA A. — Mas que simpatia...
 TONE LUÍS — Valha-me Santa Teresinha.

MANUELA BELO — Água Oxigenada—80 volumes.

ISABEL — Agarrem-me essa loiraça!
 CONCEIÇÃO N. — Oh «Oliveira» da Serra...
 MÁRIO — Os homens não se medem aos palmos...
 BERTA — Mini-gente, maxi-barulho.
 MANUELA A. — O que eu quero é ver-me pelas Costas.
 BERTA — Ainda acabas no Machado.
 CONCEIÇÃO N. — Miss olhinhos bonitos.
 ANINHAS — Miss Gigante.
 MANUELA PADRÃO — A nossa amiga gatinha — eu não sou metro padrão, sabes?
 BERTA — Sempre a gritar!
 MANUELA A. — É muito Mei...ga
 BERTA — Amor de intervalo.
 MANUELA A. — Quando fôr grande quero ir para Bombeiro.
 ISABEL — Persistência acima de tudo!
 MANUELA A. — Música no coração.
 CONCEIÇÃO N. — Arranjas-me uns sapatos?
 MANUELA A. — Mentalização à Meirim?

As nossas aulas

FRANCÊS — Notas brilhantes! Notas brilhantes!
 HISTÓRIA — Devem ir ao baile, pois sim senhor. Em 30 caras bonitas...
 FRANCÊS — De onde saíu esse suspiro?
 FÍSICA — Oh, repare, repare de onde sai o raio refracto.
 FÍSICA — Nos «intervalos» não se namora.
 FÍSICA — Que tempestade!

As nossas aulas

MORAL — Paraíso orbital!
LATIM — Para a revista ter sucesso o que é preciso é bagagem.
GINÁSTICA — Nada de misturas...
FILOSOFIA — Portanto... portanto... portanto...
FÍSICA — Não estamos no 2.º ciclo.
MORAL — A nave da confusão.
CIÊNCIAS — meniiiiinos...
GINÁSTICA — E tudo o baile levou...
DESENHO — Estão a perceber? Vejam lá...
CIÊNCIAS — Forma distorcida.
FÍSICA — Quero as unidades certas, senão... corto tudo!

Os nossos empregados

SR. MANUEL — O sobe e desce.
M.ª NA PESCADINHA — Pensa que é lagosta...
SR. MANUEL — O homem dos sete ofícios.

7.º Ano

7.º ANO A — O nível acima de tudo.
7.º ANO B — Mas que coisa desnivelada.
DUARTE — Minha pequenINHA.
TERESA — Amor em quantidades industriais.
VICTOR — Problemas? Cartas ao ministro.
ZÉ RIBEIRO — Mas quando é a minha vêz?
BERTO — Faltam Poquinhos (as) minutos.
RODRIGO — Ai que rapaz angélico.
ANGELINA — Eu prefiro os ursos.
ZÉ RIBEIRO — Vê lá se dá faísca!
TERESA — Ai que escândalo! Mas que importa se o prazer é nosso?...
HUMBERTO — Delgado ou não?
DILORA e LUÍSA — As irmãs metralhas.
TERESA — P'rá Suécia de boleia.
ZÉ RIBEIRO — Perigo de morte! Alta tensão!
SERRA — No tórax temos o Conceição, perdão, o coração.
RODRIGO — Todas me querem e eu não quero ninguém.
DUARTE — O poupas enlacado.
TONE CORREIA e FINS — Pó para a barba do mais raseiro.
BESSA — Achas que vais ganhar o campeonato do botão? Ai não?!
DILORA e LUÍSA — Duas entre as cinco para casar.

LUÍSA — Amigos amigos, amor à parte.
TERESA — Na quantidade é que se vê a qualidade.
ZÉ RIBEIRO — Muito gostava de saber tocar bateria... Ai...
DUARTE — Pôr do Sol no Turismo.
BERTO — Sobe pela Pereira acima e desce por ela abaixo.
BERTO — A pêra é um fruto delicioso...
VIRGÍNIA DE CARVALHO — Anjinho papudo.
LUÍSA — Oh! Coimbra do Choupal!...
MANUELA T. — Augustine Reis e C.ª Lda. — Banqueiros.
CARVALHO — Do ovo a parte de que mais gosto é da Clara.
EDUARDO ANTÓNIO — Tá lá? — É do 4.º ano A?
ANTÓNIO DOMINGOS — Isso de discussões de carros é comigo. O Fiat é uma machine.
EDUARDO ISIDRO — Rapaz que pode dar que falar...
RIBEIRO — Otis Reding e a sua viola eléctrica.
FONTAÍNHAS — Calma, Sr.ª Doutora, estou a pensar...
DILORA — Ei pá — Declaração à vista.
JOSÉ MEIRA — Ginástica? O que é isso?
PIEIDADE — Há baile? Há sempre um bailarino desconhecido que espera por si.
MANUELA T. — Estudar? O que é isso? Saúde, dinheiro e passear.
NITA — Vai-se a Braga? Eina que bestial!
ROSA MARIA — Ai Jesus! Só queria que Moçambique ficasse em Barcelinhos.

Os nossos professores

DR.ª TERESA — Vire-se para a frente... Posso saber do que estavam a falar.
DR. LINO — Isto de condições de professores é um problema! Dinheiro, férias e... enfim...
DR. SARAIVA — Jornalista em projecção.
DR.ª MARIA DO CARMO — Quando é que se lhe atribui o prémio da simpatia?
DR.ª TERESA — Como é? Estava à espera do segundo toque para entrar? Para a próxima...
DR. ANGELO AIRES — Dêem-me a outra meia-dose.
DR.ª TEODOLINDA — Sim senhora, aquilo é que era uma bailarina.

DR.^a MANUELA — Já dá para carro e tudo.
PADRE ABÍLIO — Senhor Padre, posso fazer
uma pergunta? Cale-se, menina!
PADRE ABÍLIO — Mas qu'a grande testa!

5.º Ano

ISABEL F. — Glu, glu, glu...
AMÁLIA — A salta-pocinhas.
FÁTIMA — Muito gosto da(o) Quint(a)
(d') ela.
GLÓRIA e FÁTIMA — As irmãzinhas de caridade.
AMÁLIA — Não se pode cantar o fado sem
sofrer.
GRAÇA MARIA — Graça com todos!
AMÁLIA — Close your eyes and thinkin me—
AMÁLIA — Quem espera sempre alcança.
AMÁLIA — Muito me magoam estas
Corrêas...
AMÁLIA — O meu prato predilecto são
caracóis.
GRAÇA MARIA — Tenho jeito é para tele-
fonista.

6.º Ano

6.º ANO — Os Gloriosos Malucos das Má-
quinas Cabuladoras.
6.º Ano (menos eu) — The bad, bad World.
A SAÍDA DO 6.º B — A grande evasão.
CONCEIÇÃO — Não me toques...
JORGE — Minha pequerruca!
CONCEIÇÃO — Eu serro, tu serras, ele Serra.
ARLINDO — A ascendência humana.
CONCEIÇÃO — Ai que fôfo!
PAIVA — O fusível.
CONCEIÇÃO — Não me ponham piadas.
LEMONS — Quando se abre a porta aberta?
CONCEIÇÃO — Não cortem, serrem!
EDGAR — Para mim o que conta é a Beleza.
CONCEIÇÃO — O meu pai não deixa...
MÁRIO — O bonitão!
CONCEIÇÃO — Ele não gosta de mim...
EDGAR — Prefere as loiras.
ROSA M. L. — 1.º Tomo da Enciclopédia
Universal.
LEMONS — Dos fracos não reza a história.
FILIPE — Um cochicho para toda a gente.

ERMELINDA — Tão certo como estas calças
serem verdes.
DUARTE — A sensibilidade de um troço
de couve.
ERMELINDA — A eterna solteirona!
FILIPE — Não quero, fico para tio.
ROSA M. L. — Um sorriso e conquista o
mundo.
ZÉ MIGUEL — Devagar se vai ao longe...
ROSA PINHEIRO — És préferibilé rir que...
estudar!
LEMONS — Aprendiz no amor.
CÉU e ARMANDA — As inseparáveis.
EDGAR — Nougnette engraxa melhor.
MÉ — Vê com quem... danças.
FILIPE — Amor universitário.
MÉ — Baronesa às a...vessas.
ZÉ MIGUEL — Com jeito vai, com o bigode
rapado...
ERMELINDA — Tic, tac, tic, tac...
FILIPE — Olá colega!
ROSA M. L. — Nova tiragem, nova enci-
clopédia.
LEMONS — Finalmente chegou o amor, tarde,
mas chegou.
DUARTE — Magnus philosophus!
CUNHA — Amor por correspondência.
MÁRIO P. — Com este maxi ainda fico mais
bonito!
DUARTE — Latinorum, filosoforum!
JORGE — O D. Juan convencido.
MÁRIO A. — Idílio na Grã-Bretanha.
EDGAR — VENI, VIDI, VICI!
LEMONS — Crítica? Deixa-a coBerta!
JORGE — Ela é sempre Benvinda.
MÁRIO P. — Amor Trigueiro.
LEMONS — Deixa encher... qualquer dia
rebenta!
FILIPE — E eu tão só...
MÁRIO P. — Sou tão infeliz...
PAIVA — Amor precoce.
MÁRIO P. — O parte-queijos.
LEMONS — Eu gosto dela assim...
DOURADO — Vê lá se cai a mão...
EDGAR — África adeus!
FILIPE — Pudor e recato.
JORGE — Que tal vais como ama-seca?
EDGAR — Quem me dera estar na minha
antiga sala...
CUNHA! — A minha praia preferida é a
Foz do Neiva.
MÁRIO P. — Para mim só as Trigueiras (os).
FILIPE — Rapariga, precisa-se!

O dinheiro agora cai do céu?
P.^o ANICETO — Ei pá! Está calado! Poçal
PADRE MARIZ — Sim! Sim! Sim!...

LICEU — BERLIM, A CIDADE DIVI-
DIDA.

A Tesoura

A última tesourada

A última hora foi recebido mais um golpe, mais uma tesourada:

«— Ui! Que cheiro!
— Olha vem aí o Jorge com o seu grupo de piolhos!
— Pst, ei! Anda cá ajudar-me a com-

prender o que a Ermelinda das argolas está a dizer:

Pa! ap! ap! ap! Aíl (esta não percebemos...)

— Vem cá, meu bem. Que simpatia é aquela? Vê se adivinhas quem é?

— Claro que sei! É o «mister» Edgar. Cada vez está mais parecido com um peru bem assadinho.

— Ai que amor! Que linda rosa!

— Claro, não vês que é o Duarte, o «Cor-de-Rosa»?

— São caracóis, são caracolitos!

— Não sabes quem é? Olha é o Filipe Bandeira, quem havia de ser?

P. T. (Post tesouradum) — *A tesoura pede a colaboração de todos os alunos do Liceu para que mandem piadas aos colegas, professores, etc.*

MODAS
TECIDOS
CONFECÇÕES

Casa Aguiar

Telefone, 83205

Rua D. António Barroso

BARCELOS

Recensão e Crítica de Livros

1. Alexandre de Carvalho Costa

Questões sobre a História da Literatura Portuguesa — 6.º Ano.
Edições Asa (sem data visível)

2. Mário Fiúza.

História Literária de Portugal

Idade Média e Século XVI

Livraria Athena, Porto (sem data visível)

Considerando que não há livro de que alguma coisa se não aproveite, vimos estes dois, que nos chegaram por oferta, com aquela avidez que sempre nos despertam obras sobre tais matérias, quais as que os títulos das presentes anunciam. Mas a nossa expectativa perante as *Questões* foi de página para página decrescendo e não nos sentimos capazes de concluir a leitura da arrepiante e fastidiosa 1.ª Parte. Ela contém primarismos de entendimento, que seriam o escândalo de qualquer mentalidade medianamente formada, e imprecisões que não passariam sem risco vermelho em qualquer exercício de Português dos nossos liceus.

Referimos, a título de exemplo entre inúmeros, as extravagâncias sobre *Estilo e gêneros literários* que abrangem os números 17 a 26. Além de escandalosas pelo seu primarismo, são-no também pela indecorosa imprecisão de termos e pela insegurança e difusão de critério. Seria penoso transcrever essas páginas. Mas não deixaremos de apresentar ao nosso leitor um pequeno passo, entre inúmeros, em que se patenteia, como por toda a obra, a total incompreensão,

tanto do assunto particular como do fenómeno literário em geral:

— «CANTIGAS DE AMOR: *Poesia ao sabor provençal, em que quem fala é o apaixonado que consagra à sua dona um amor platónico, sem esperança.* Não se trata, por isso, de um amor adúltero. [...] São cantigas artificiais em que o poeta raras vezes sente o amor que diz. Trata-se, pois, geralmente dum amor fingido». (pág. 23).

Seria ridículo se não fosse tão lamentável.

Pior do que a 1.ª Parte, só a 2.ª Parte. Propõe-se aí o Autor dar exemplos de *análise literária de textos* (também não saberíamos de que outra coisa fosse) e *interpretação de alguns sonetos*. Aí, a pág. 218, em... *análise literária de textos*, sobre o soneto de Diogo Bernardes *Cantei um tempo, agora choro a guerra*, entre outras coisas, diz:

«b) — O poeta diz-nos que outrora era feliz, mas agora, que ama em vão, sofre muito. E então aconselha aqueles que amam ou estão na disposição de o fazer para desistirem e assim não sofrerão tanto.

Por fim diz que só se deve amar aquele que der por nós a vida.

Portanto, a ideia e o sentimento principal que aqui se nota é o sofrimento dele em não ser correspondido nos seus amores. [—]

Nota-se que ele é um tanto adulator, principalmente, para D. Sebastião. Diz-se que a sua inspiradora foi uma certa Sílvia que ele diz ser formosíssima, e mais nada sabemos».

Nem a prosa se lhe aproveita. Não haver uma Sílvia, não já certa, mas que fosse de aluguer, para inspirar o produtivo Autor!

*

Diferente era a nossa expectativa perante a *História Literária de Portugal*, de Mário Fiúza: prometia o Autor, na apresentação da obra, que ela seria «uma tentativa para renovar o ensino da Literatura Portuguesa no nosso ensino secundário». Nós achámos ensino a mais, mas desculpámos o professor.

«Evitou-se — continua — o método e o manual tradicionais e inicia-se assim uma experiência que se mostra, desde já, extraordinariamente profícua». A que manual tradicional se refere o Autor? Serão uns com os outros comparáveis os de Óscar Lopes e A. José Saraiva, de Feliciano Ramos, de Reis Brasil, de Leonor Buescu, de António José Saraiva, de Mendes dos Remédios, de Aubrey Bell, e tantos outros? Qual deles representa o tipo tradicional?

Diz depois que o livro se destina aos estudantes dos liceus, colégios e escolas técnicas. «Mas poderá ainda prestar relevantes serviços aos estudantes das nossas Faculdades de Letras»...

Para poupar tempo aos alunos, promette-lhes economia de palavras e concentração da matéria, mas ressalva a ideia de *resumo*. Garante que rompe assim com a verborreia dos seus antecessores e que procurou ser claro e nítido, «pondo de parte toda a erudição» e outras coisas de somenos.

Afirma que procurou ser tipográfica-mente atraente e sugestivo e que as ideias principais se destacam pela diferença dos caracteres, com «exposição pela imagem» a ajudar a fugir «ao tipo do manual clássico de literatura, grosso e ávido como um dicio-

nário, que o aluno raras vezes poderá manusear sem um bocejo de tédio».

Informa sobre mais alguns truques «pedagógicos» e acautela quanto à bibliografia.

Começa depois a obra, com uma *Introdução Linguística* que lamentamos muito: é incompleta, imprecisa e em alguns pontos desactualizada.

Para se fazer ideia da novidade do livro, convém esclarecer que de facto podemos encontrar na mesma página, além de uma gravurazinha a preto e branco, com remota ligação ao texto, cinco ou mais tipos diferentes; o papel em branco é bastante; e abundam as supostas efígies dos escritores dos notáveis, os rostos de edições antigas e outras coisas mais. Lamentamos que mais não haja.

A propósito de *resumo*, os resumos da intriga das peças vicentinas começam a pág. 120 e terminam no fim da pág. 125.

Quanto à erudição, que, como um mal, o Autor entende que deve ser excluída, não demos, de facto, pela sua presença. Em contrapartida, encontrámos em todos os capítulos a preocupação do esquema — e daqui nasceu o tal *bocejo*: é que, não sendo o volume, pelo aspecto gráfico, semelhante a um dicionário, gostaríamos nós de saber com que se parece um livro que em duas páginas encerra, sem um clarecimento, mais de vinte definições!

Quanto a renovação prometida para o ensino da Literatura Portuguesa, julgue-se do anacrónico e da confrangedora incompreensão que revelam os passos seguintes:

— Falando de «Classicismo», que define em duas linhas, imprecisas, chega ao ponto fundamental do conceito de poesia, faz parágrafo e escreve: «*Novo conceito de poesia* — O poeta renascentista julgava-se com autoridade intelectual para dar conselhos aos nobres, aos governantes e aos reis». Mais nada. É isto, para o Dr. Mário Fiúza, um conceito de poesia!

— Sobre o discutidíssimo problema da cultura de Gil Vicente, apenas isto:

«2 — Cultura

Não sabemos se Gil Vicente seguiu estudos regulares. Na sua obra mostra conhecer bem as línguas portuguesa e cas-

telhana. Aprendeu, pelo menos, uns rudimentos de latim. Revela, contudo, grandes conhecimentos em assuntos teológicos». — Eis como o Dr. Mário Fiúza põe de parte a erudição para a substituir pela «definição», ou por nada, que é o que isto é. Em que consiste o problema da Cultura de Gil Vicente? Mas nem sequer informa de que ele existe!

Não vale a pena transcrever, nem mesmo referir, mais passos. A obra enferma de maleitas sem remédio: só se recompõe se for totalmente escrita de novo, com melhor prosa e, sobretudo, com ideias claras sobre os problemas fundamentais da Literatura, tais como o conceito de literatura, os problemas das funções, da criação poética, dos géneros literários, da periodização,

do estilo, das relações da literatura com outras artes e com a cultura em geral. Falta-lhe, principalmente, uma teoria literária capaz de orientar uma interpretação da História Literária de Portugal, que também falta. Se isto é renovar, *murem peperit*.

L. M.

●

Recenseamos todos os livros de que nos sejam enviados dois exemplares, na secção «Recensão e Crítica de Livros» da nossa revista.

A Redacção

ÁGUA QUENTE ESTANTÂNEA
com os electro-automáticos

LORENZETTI

Chuveiros—Torneiras—Aquecedores
Duchas

Inteire-se da sua utilidade e eficácia nos
Importadores para Portugal

ELDOFARIL

Rua D. António Barroso, 67

Telef. 82 992—BARCELOS, ou nos seus agentes
espalhados pelo País

POP CAVE
BOITE/CONVÍVIO

Categoria Internacional

Ambiente Seleccionado

Bailes para jovens aos Sábados e Domingos
às 16 horas

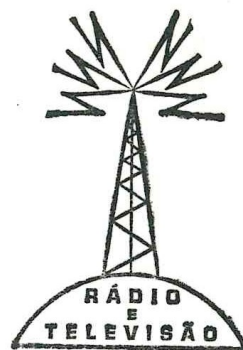
À noite para maiores 18 anos

Rua D. Diogo Pinheiro, 24 **BARCELOS**

DANI
REPRESENTAÇÕES
MHI

TELEFONE 82880

R. D. António Barroso BARCELOS



Frigoríficos, Televisores, Gravadores, Rádios, Fogões a gás e eléctricos, Fogareiros, Aquecedores, Ferros, Painéis de pressão, Candeeiros, Aspiradores e Enceradores, Material de queima e outros.

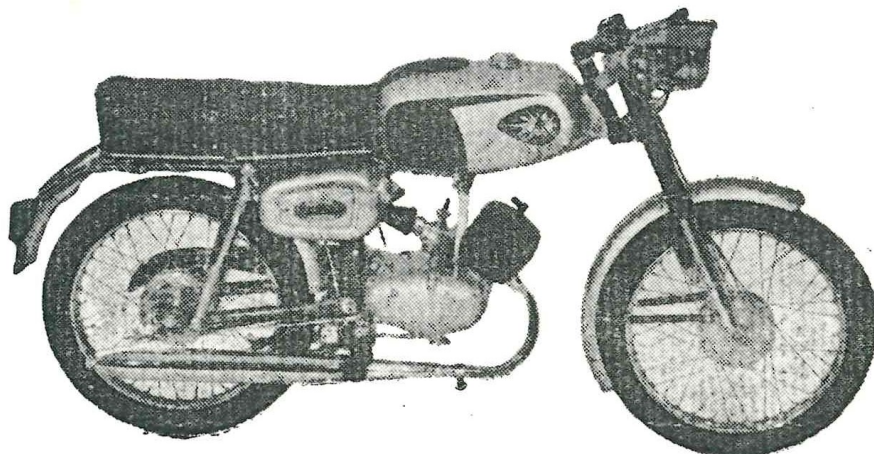
Executam-se reparações em T. S. F. e T. V.

MOTOCICLO BARCELENSE

DE

José Augusto da Silva Alves

Apartado 35 — Telef. 82560 — BARCELOS



E F S Sport Nacional

Correntes e acessórios para Moto-Serras de todas as marcas

Motorizadas de todas as marcas

Moto-Serras
P I O N N E R

Motos Ymanha
— Husqvarna
e Acessórios

Agente e distribuidor no Minho das

SCOOTERS
“VESPA”

N.º 2